

DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO XXII

Florianópolis, 28 de abril de 1955

NÚMERO 5-358

GOVÊRNO DO ESTADO

DECRETO N. 854

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da autorização que lhe confere a Lei n. 1.282, de 19 de abril de 1955,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto, por conta do excesso da arrecadação do corrente exercício, o crédito especial de quinhentos e setenta e três mil, duzentos e oitenta e oito cruzeiros e noventa centavos (Cr\$ 573.288,90), sendo duzentos e trinta e nove mil, noventa e um cruzeiros e noventa centavos (Cr\$ 239.091,90), na forma do art. 1º, da Lei n. 1.282, de 19 de abril de 1955 e trezentos e trinta e quatro mil, cento e noventa e sete cruzeiros (Cr\$ 334.197,00), de acordo com o parágrafo único da mesma Lei, para pagamento de dívidas de exercícios findos, abaixo discriminadas:

Nomes	Anos	Importâncias
Acácio Corrêa	1953	42.931,80
Amélia Duarte Darros	1953	248,70
América Borb Schwabe	1953	1.350,00
Anair de Almeida	1953	632,70
Antenor Rosenke	1952	240,00
Aulandina Vieira	1953	330,00
Aurélia Locks	1953	146,30
Aurora Josefina Bertuol	1953	1.890,00
Apolônia Maykot Motter	1951/53	33.343,00
Benta Duarte Régis	1953	5.250,00
Bráulio Juvêncio Lopes	1953	4.504,00
Cecília Hermelinda Chechetto Debiassi	1953	1.200,00
Conceição Machado Gomes	1953	42,00
Consuelo Rocha Souza	1952	350,00
Djalma Pedro Martins	1951	300,00
Dula Melo da Silva	1953	1.050,00
Dulce Pureza de Oliveira	1952/53	1.694,00
Edeltrudes Heil	1953	611,30
Eloisa Zapelini Mendes	1953	6.585,00
Empresa Auto-Viação Brasil pp. de Carlos Hoepcke S. A.	1953	51,00
Evaristo Flausino de Souza	1953	1.000,00
Fabrizio Gonçalves Rodrigues	1951/52	1.020,00
Garibaldi de Souza	1953	1.050,00
Graciosa Pereira	1952/53	2.460,00
Gustavo Gonzaga	1952/53	25.354,00
Heracides de Ataíde Furtado	1952/53	1.887,60
Herondiana Riesenbergs Sava	1953	96,40
Javá Alves	1949/53	5.120,00
Ilbe Ferraro	1953	900,00
Irene Campos de Souza	1953	250,00
Irmã Erotides, Diretora do Colégio Santa Rosa, da cidade de Lajes	1952	5.650,00
Irmãos Zugmann	1953	3.800,00
João Camargo Monteiro	1952/53	1.882,20
João de Souza Segundo	1951	300,00
João Fernandes Bittencourt	1953	450,00
José Amorim	1953	1.555,60
Julietta Aguiar Bertocchini	1950/53	2.689,40
Juvenal Pereira Filho	1953	900,00
Juventina da Silva Reinert	1949/53	4.260,00
Luciano João da Silva	1949/53	22.890,00
Lucília Faria Paraski	1953	97,80
Lutz de Matias	1953	13.200,00
Manoel Noronha	1952/53	1.755,50
Maria Alice de Souza Anderson	1953	349,20
Maria da Silva América	1952	290,00
Maria de Bem Santos	1952/53	2.040,00
Milton Pais de Faria	1953	150,00
Moacyr de Oliveira (Dr.)	1953	3.190,00
Natália do Amaral Maia	1953	360,00
Niconésio Dutra da Silva	1953	600,00
Nilo Sotiér	1953	300,00
Odebrecht & Cia. Ltda.	1953	22.400,00
Orion Costa	1953	651,20
Orlando Teixeira	1953	450,00
Quintino Furtado	1953	3.000,00
Raul Carvalho Brígido	1952/53	850,00
Rosa Manente Meller	1952/53	1.085,70
Urbano José Agostino	1953	517,50
Zoni Reis	1953	390,00
Zorzi Binotto & Cia.	1953	1.150,00
		Cr\$ 239.091,90
Abigail Verano Perez	1953	750,00
Abílio Manoel Goulart	1949/53	6.120,00
Acácio Corrêa	1953	7.500,00
Adelino de Oliveira	1953	438,40
Adélio de Faveri	1952	600,00
Adolfo Silvestre Mendes	1951	410,00
Agenor Higino Vieira	1953	328,40
Alceste Lopes da Silva	1952	900,00

Alda Pacheco Frasseto	1951/53	1.463,30
Alfredolina de Oliveira Pinto	1950	1.822,80
Aliva Procópio Ávila	1952	5.997,60
Almiro de Miranda Ramos	1953	5.400,00
Anastácio Secundino Pacheco da Costa	1949/53	6.800,00
Andradina de Oliveira Cardoso	1950	920,00
Antônio Botelho de Abreu	1953	79,00
Antônio de Lima Filho	1952/53	965,40
Aristides Tomaz Albino	1952	1.200,00
Arnaldo Luz	1953	950,00
Arnoldo Francisco da Rosa	1953	300,00
Aurino Marcos Godinho	1953	600,00
Aurino Marcos Godinho	1953	182,40
Beatriz Maria Vieira	1953	75,40
Benta Cardoso Justi	1950	860,00
Bertolina Passos Garcia	1953	1.200,00
Cia. Brasileira Carbonífera de Araranguá	1953	2.512,40
Cia. de Industrialização de Produtos Animais Blanchini S. A.		
— Lajes	1953	31.024,50
Cléria Krüger Rodrigues	1953	45,10
Darcy Nascimento	1953	2.400,00
Dionísia Silva	1953	62,30
Dionísia Silva	1953	450,00
Donária Coelho dos Santos	1953	4.500,00
Dozolina Tomazini Troian	1953	8.100,00
Edith Cesconetto Tezza	1950	40,00
Eduardo Teixeira	1953	600,00
Elíbio Pinheiro	1951/53	3.000,00
Elpidio Lima	1952/53	1.470,00
Ema Fernandes Gonçalves	1953	6.000,00
Emília Vedana Traccio	1953	1.940,40
Empresa Auto-Viação Catarinense S. A.	1953	249,00
Empresa de Eletricidade Luz e Força de Araranguá S. A.	1953	1.851,80
Empresa de Navegação Hoepcke	1953	1.470,80
Érica Camila Voss	1953	300,00
Érico do Prado Rosa	1953	1.050,00
Érico do Prado Rosa	1953	226,20
Ernestina Santana da Silva	1953	1.000,00
Estrada de Ferro D. Tereza Cristina	1953	37,80
Empresa Auto-Viação Talôense	1953	480,00
Fábio Domingos de Castro	1953	840,00
Francisco José Vieira	1953	324,00
Francisco Severino Barbi	1953	900,00
Francisco Severino Barbi	1953	75,40
Fridolino Antônio da Cunha	1953	1.690,50
Genília Völff	1951	976,00
Gráfica 43 S. A. — Filial	1952	20.000,00
Hamilton Hardt	1949/53	4.190,00
Inês Braga Araújo	1953	1.150,00
Irinéa Farias	1953	550,00
Irmã Anunciata Vegini	1953	309,50
Irmã Tomazi Lazzarin	1951	1.050,00
Isaura Freitas Emerim	1953	211,60
Isolina Pereira da Silva	1953	300,00
João Cardoso de Souza	1949/53	3.440,00
João da Cruz	1952/52	2.670,00
João Lino Bastos	1952/53	1.162,50
João Martinho da Silva	1953	437,90
José Faria Neto	1953	1.200,00
José Fernandes Coelho	1951/53	2.580,00
José Maria Tôres de Miranda	1952/53	1.456,00
José Venâncio Fortes	1952/53	1.950,00
Juanita Bousfield Corbetta	1953	450,00
Julietta Pereira Müller	1953	450,00
Júlio Tiziano Bazadona Dutra	1953	1.741,00
Justina da Conceição Silva	1953	800,00
Juvenal Vieira da Rosa	1953	270,00
Laura Alves Paganelli	1952/53	488,00
Leontino Michels	1950	1.384,00
Leopoldina Florisbela da Silva	1953	513,40
Lindolfo Teófilo de Melo	1953	744,00
Luiza Rossi Fêrmo Aguiar	1952/53	5.610,00
Manoel Braz do Nascimento	1951/53	1.890,00
Marcos Alves de Vargas	1953	1.050,00
Maria Cordeiro Dutra	1953	273,70
Maria Harger Althoff	1953	1.327,10
Maria Martins Borba	1953	3.000,00
Marília da Silva Plácido	1951/53	5.040,00
Maura Pereira de Brito	1953	6.798,70
Nicolau Quintino	1953	600,00
Niconésio Dutra da Silva	1953	158,20
Nerina Ferreira de Sousa	1953	585,00
Nilda Garcia	1953	4.623,30
Nilson Paulo	1953	1.050,00
Norberto Severiano Machado	1953	450,00
Olga da Conceição Becker	1953	400,00

Onofre Serafini de Oliveira	1951	210,00
Osni de Souza	1953	108,00
Osny Gama & Cia.	1948	3.000,00
Otávio Silva	1952/53	805,20
Patrocínio Francisco Luiz	1944/53	66.295,40
Patricínio Francisco Serpa	1949/53	3.560,00
Paulo Francisco de Sousa	1953	352,30
Paulo Fuechter	1951/53	600,00
Pedro José do Nascimento	1953	1.140,00
Pedro Paulo Machado	1953	75,40
Pedro Paulo Ribeiro	1953	263,20
Remacio Octaviano Seára	1952/53	6.890,00
Romolino José Martins	1949	240,00
Rosa Risatto	1953	260,00
Santina de Sousa Castilho	1952	11.340,00
Santina Pegoraro Luciano	1948	660,00
Sebastião de Oliveira	1953	450,00
Sérgio da Cunha Ramos	1952/53	2.100,00
Servino Gilholl	1953	3.003,00
Silvério Perdoncini	1953	1.296,00
Uida Venturi	1953	3.327,20
Ulysses, Gentil & Cia. Ltda.	1953	9.363,50
Vicente Amboni	1951	390,00
Vidal José Vieira	1952/53	1.230,00
Virgínia Espindola Gonçalves	1953	180,00
Waldemar Beduschi	1953	750,00
Waldyr Pacheco	1953	99,10
Waldyr Pacheco	1953	774,00
Walter Bruno Koellin	1953	224,00
Wilson Destri	1952	80,00
Yvone Garrozi Silva	1953	368,00
Zeferino Fernandes Madelira	1952/53	828,70
Zélia Goethen	1953	1.001,00
Zilda Schütz Kauling	1951/53	11.970,00

Art. 2º — Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 26 de março de 1954.

IRINEU BORNHAUSEN
Heriberto Hülse

Decretos de 1º de fevereiro de 1955 Decreto de 23 de abril de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Nomear, por concurso:

De acordo com o art. 15, item III, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949, combinado com o Decreto-lei n. 317, de 6 de dezembro de 1946. (Concurso de ingresso e reversão de 1955).

Hélio Zanini, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Alto Ribeirão Santo Estevão, distrito de Ribeirão da Ilha, município de Florianópolis).

Paulina Grabowski (Irmã Maria Celestina), para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Aracy Duarte", de Guarani-Mirim, distrito de Massaranduba, município de Guarani-Mirim).

Decretos de 15 de fevereiro de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Remover, à pedido:

De acordo com o art. 1º, da Lei n. 18, de 1º de agosto de 1951:

Vilma Terezinha Cordeiro, ocupante do cargo da classe H, da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado, do Grupo Escolar "Mont'Alverne", da cidade de Ituporanga, para o Grupo Escolar "Nerêu Ramos", da vila de Santo Amaro da Imperatriz, município de Palhoça.

Vicentina Maria Borba Furtado, Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, das Escolas Reunidas São Pedro, de Guarani-Mirim, para a Escola isolada de Estrada de Guarniranga, ambas no distrito e município de Guarani-Mirim.

Decreto de 20 de abril de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Exonerar, à pedido:

Antônio Miguel de Magalhães do cargo de Fiscal Regional de Armas e Munições, padrão K, do Quadro Único do Estado,

O GOVERNADOR RESOLVE

Retificar:

O decreto de 1º de fevereiro de 1955, que nomeou Irma Maria Bortolotto, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, na parte referente ao estabelecimento, que deveria ser (Escola isolada de Curralinho, distrito de Passo do Serião, município de Sombrio e não como consta do decreto acima citado.

Remover, à pedido:

De acordo com o art. 1º, da Lei n. 18, de 1-8-1951:

Walby Reis Salvador, Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, da Escola isolada de Barriga Verde, distrito de Anita Garibaldi, município de Lajes, para as Escolas Reunidas "Ormencinda Maria dos Reis", de Passagem, distrito e município de Tubarão.

Lotar:

Maria Inacarata Bueno (Irmã Maria Edite), ocupante do cargo da classe H, da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado, no Grupo Escolar "Soror Angélica, da vila de São Lourenço, município de Chapecó.

Decretos de 26 de abril de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Exonerar:

José de Moraes, do cargo de Escrivão, padrão H, do Quadro Único do Estado, que exerce, como substituto, de José Schutz Filho.

Promover:

De acordo com o art. 1º e à vista do cumprimento do disposto na letra "b", inciso I, do art. 2º, combinado com o art. VI do Decreto n. 31, de 16-1-1953:

Bento Rosa Moraes, Primeiro Sargento R. T. da Polícia Militar do Estado, ao posto de Sub-Tenente Telegrafista, criado pela Lei n. 1.268, de 28-2-1955, e de acordo com o mapa de fixação.

Antônio Florêncio da Silva, Pri-

NOTICIÁRIO

PALÁCIO DO GOVERNO

DESPACHOS

Despacharam, ontem, em Palácio, com o Governador os Secretários da Fazenda, Segurança e Agricultura.

AUDIÊNCIAS

Em audiências o Governador recebeu, ontem, os deputados Olavo Erig, Mário Orestes Bruza, Paulo Fontes, Rubens Nazareno Neves e Antenor Tavares; Vereador Gercino Silva; Ten. Julisséia, sr. João de Oliveira, dr. Henrique Manoel Prisco Paraizo, dr. Mário Ferreira.

EMBAIXADOR BERENGUER CESAR

É esperado amanhã nesta capital, procedente do Rio de Janeiro, o exmo sr. Berenguer Cesar, recém-nomeado Embaixador do Brasil junto ao Governo da República Oriental do Uruguai.

O ilustre diplomata patricio, que viaja em avião especial da Força Aérea Brasileira, que deverá descer no aeroporto antes das 12 horas, será homenageado pelas altas autoridades estaduais, com as quais manterá entendimentos destinados a facilitar o seu desempenho em Montevideo.

PLANOS DE OBRAS E EQUIPAMENTOS

A Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, aprovou voto de aplauso ao Chefe do Executivo pela remessa à Assembleia do projeto de lei que acompanhou o referido Plano, conforme faz certo o telegrama abaixo:

"A Câmara Municipal, em sua reunião de hoje, aprovou voto de aplausos a V. Excia. pelo envio à Assembleia Legislativa do projeto de lei sobre o Plano de Obras e Equipamentos. (a.) Net Franco, presidente da Câmara Municipal".

ENSINO RELIGIOSO

Em virtude do decreto que regulamentou o ensino religioso nas escolas, o Governador Irineu Bornhausen recebeu, das Irmãs do Colégio de Capinzal, o seguinte despacho:

"Congratulamo-nos pelo sublime ato do Decreto n. 498, que instituiu o ensino religioso obrigatório. Suplicamos a Deus recompense V. Excia. Respeitosas saudações. (a.) Irmãs do Colégio de Capinzal".

meiro Sargento da Polícia Militar do Estado, ao posto de Sub-Tenente de fileira, preenchendo a vaga aberta com a promoção de Alcides Delaity.

Eurico Dantas, Primeiro Sargento da Polícia Militar do Estado, ao posto de Sub-Tenente de Fileira, preenchendo a vaga aberta com a passagem para a reserva remunerada de Eloy José da Rosa.

Jaci da Silva, Primeiro Sargento da Polícia Militar do Estado, ao posto de Sub-Tenente de fileira, criado pela Lei n. 1.268, de 28-3-1955, e de acordo com o mapa de fixação.

Retificar:

O decreto datado de 1º de abril do corrente ano, que designou Antônio Frederico Mangrich, ocupante do cargo de Enfermeiro Rural, padrão G, do Quadro Único do Estado, para, pelo prazo de um ano, ter exercício na Colônia "Santa Teresa", quando deveria ser Colônia Santana.

Portaria de 4 de março de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Dispensar:

José Minini Filho, das funções de primeiro suplente do Delegado de Polícia do município de Mafra.

Portaria de 22 de março de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Designar:

Wiliardo König, para exercer as funções de primeiro suplente do Delegado de Polícia do município de Mafra.

Portaria de 23 de março de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Dispensar:

Mário Coelho Pires, ocupante integral do cargo da classe H, da carreira de Almoxtarif, do Quadro Único do Estado, do exercício na Colônia Santana.

Portaria de 11 de abril de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Designar:

Haydée de Oliveira, Profesora Normalista, classe I, para responder pela direção do Grupo Escolar "Roberto Trompowski" da cidade de Joacaba, com a gratificação mensal de quinhentos cruzeiros

(Cr\$ 500,00), correndo a despesa por conta da dotação 25-0-002 do orçamento vigente, a contar de 15 de fevereiro de 1955.

Portaria de 14 de abril de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder licença, em prorrogação:

De acordo com o art. 155, parágrafo único e art. 164, da Lei n. 249, de 12-1-49:

A vista do laudo médico anexo, trinta (30) dias, a partir de 28 de março p. p., com vencimento integral, a Zoé Diamantara, Operadora Ref. IX.

Portarias de 19 de abril de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Tornar sem efeito:

A portaria datada de 31 de março de 1954, que concedeu seis meses de licença-prêmio a Moacir de Moraes Lima, ocupante do cargo da classe N, da carreira de Coletor-Escrivão, do Quadro Único do Estado.

Conceder licença-prêmio:

De acordo com o art. 178, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

A Moacir de Moraes Lima, ocupante do cargo da classe N, da carreira de Coletor-Escrivão, do Quadro Único do Estado, exercendo o cargo, em comissão, de Sub-Diretor, padrão V, da Sub-Diretoria da Despesa do Tesouro do Estado, de seis meses, correspondente ao decênio compreendido entre 24 de janeiro de 1944 e 24 de janeiro de 1954.

Designar:

Arcângelo Campos, para exercer as funções de Sub-Delegado de Polícia do distrito de Pindotiba, no município de Orleães.

Gentil João dos Santos, 3º Sargento da Polícia Militar do Estado, para exercer as funções de Sub-delegado de Polícia do distrito de Pescaria Brava, no município de Laguna.

Cláudio Dalponte, para exercer as funções de segundo suplente do Sub-Delegado de Polícia do distrito de Pindotiba, no município de Orleães.

José Vieira da Silva Júnior, para exercer as funções de Sub-Delegado de Polícia do distrito de Navegantes, no município de Itajaí.

Pedro Subtil de Oliveira, para exercer as funções de primeiro su-

plente do Sub-Delegado de Polícia do distrito de Trombudo Central, no município de Rio do Sul.

Vitoriano Mattos, para exercer as funções de primeiro suplente do Sub-Delegado de Polícia do distrito de Nova Petrópolis, no município de Joaçaba.

Avahy Alves, Sub-Tenente da Polícia Militar do Estado, para exercer as funções de Sub-Delegado de Polícia do distrito de Valões, no município de Pôrto União.

Anfilóquio Nunes Pires, para exercer as funções de Delegado de Polícia do município de Gaspar.

Lauro Volpato, para exercer as funções de primeiro suplente do Sub-Delegado de Polícia do distrito de Pindotiba, no município de Orleães.

Dispensar:

Geraldo Manoel Amandio, das funções de segundo suplente do Sub-Delegado de Polícia do distrito de Pindotiba, no município de Orleães.

Theodoro Antônio Werner, das funções de primeiro suplente do Sub-Delegado de Polícia do distrito de Trombudo Central, no município de Rio do Sul.

Jocé João Madeira, das funções de primeiro suplente do Sub-Delegado de Polícia do distrito de Pindotiba, no município de Orleães.

Milerio Mazzuco, das funções de Sub-Delegado de Polícia do distrito de Pindotiba, no município de Orleães.

Portaria de 20 de abril de 1955

O Governador do Estado, no uso de suas atribuições e tendo em vista a solicitação da Câmara de Vereadores do município de Ibirama,

Nomeia:

De acordo com o art. 7º, parágrafo único, da Lei n. 22, de 14 de novembro de 1947:

Francisco Gottardi, Otto Henrich Entres, Egon Alberto Stein, Alfredo Russi e Hamilton Caminha, para, sob a presidência do primeiro, constituir uma comissão que proferirá o laudo sobre a responsabilidade que assumirá o município de Presidente Getúlio, na dívida do município de Ibirama, do qual foi desmembrado pela Lei n. 133, de 30 de dezembro de 1953.

(Reproduzido por ter saído com incorreção).

Designar:

Alexandre Antonioli, para exercer as funções de segundo suplente do Sub-Delegado de Polícia do distrito de Fachinal dos Guedes, no município de Xanxerê.

Portarias de 22 de abril de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder licença:

De acordo com o art. 172, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949: A Olga Maria Friedrich Ferraresi, ocupante do cargo da classe H, da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado (Grupo Escolar "Sagrado Coração de Jesus", da cidade de Canoinhas), de um (1) ano, sem vencimento.

Designar novamente:

Pedro Munestino Müller, para exercer as funções de Sub-Delegado de Polícia do distrito de Aguti, no município de Nova Trento, por não ter prestado o compromisso no prazo legal.

Portaria de 23 de abril de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Pôr, à disposição:

Do Juízo Eleitoral de Joinville, Ezir Moritz Ramos, Professora Normalista,

classe I, do Quadro Único do Estado (Grupo Escolar "Conselheiro Mafra", da cidade de Joinville).

Portaria de 25 de abril de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Dispensar:

Elza Sampaio dos Reis, Regente do Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Professora Eremita Sousa", de Canjicás, distrito de Maracajá, município de Araranguá), do exercício no Grupo Escolar "Professor Henrique Fontes, da cidade de Tubarão.

Designar:

A professora Marta Inacarata Bueno (irmã Maria Edite), para responder pela direção do Grupo Escolar "Soror Angélica, da vila de São Lourenço, município de Chapecó, com a gratificação mensal de Cr\$ 650,00, correndo a despesa por conta da dotação 35-0-002 do orçamento vigente, a contar de 1º de abril de 1955.

Neri Brasiliano Martins, Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de São Pedro, distrito de Santa Terezinha, município de Bom Retiro), para ter exercício no Grupo Escolar "José Rodrigues Lopes", de Garopaba, município de Palhoça, a contar de 15 de abril de 1955.

Vilma Terezinha Cordeiro, ocupante do cargo da classe H, da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado (Grupo Escolar "Neréu Ramos", da vila de Santo Amaro da Imperatriz, município de Palhoça), para ter exercício, a contar de 22 de abril de 1955, no Grupo Escolar "Olivio Amorim", de Trindade, município de Florianópolis.

Maria Ignez Arruda Malinverni, ocupante do cargo da classe H, da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado (Grupo Escolar "Correia Pinto", da vila de Painel, município de Lajes), para ter exercício no Grupo Escolar "Vidal Ramos", da cidade de Lajes, a contar de 15 de fevereiro de 1955.

Paulina Grabowski (irmã Maria Celestina), ocupante do cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Aracy Duarte", de Guarani-Mirim, distrito de Massaranduba, município de Guaramirim), para ter exercício nas Escolas Reunidas "Santo Antônio", distrito e município de Mafra.

Hélio Zanini, ocupante do cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Alto Ribeirão Santo Estêvão, de Ribeirão da Ilha, município de Florianópolis), para ter exercício no Grupo Escolar "Santos Dumont", de Garcia, município de Blumenau.

Portarias de 26 de abril de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Designar:

Jorge Vieira, para exercer as funções de primeiro suplente do Sub-Delegado de Polícia do distrito de Águas Brancas, no município de Bom Retiro.

Orestes Mailli, para exercer as funções de primeiro suplente do Sub-Delegado de Polícia do distrito de Jaborá, no município de Joaçaba.

João Basso, para exercer as funções de Sub-Delegado de Polícia do distrito de Jaborá, no município de Joaçaba.

De acordo com o § único do art. 1º, do Decreto n. 31, de 16 de julho de 1953:

Piraguay Tavares, Major da Polícia Militar do Estado, para substituir o Major Euclides Simões de Almeida na Comissão de Seleção de Sub-Tenentes, enquanto durar o seu impedimento.

Dispensar, a pedido:

Miguel Aniceto Batista, terceiro Sargento da Polícia Militar do Estado, das funções de Sub-delegado de

Polícia do distrito de Angelina, no município de São José.

Dispensar:

Raymundo Almeida Ramos, das funções de primeiro suplente do Sub-Delegado de Polícia do distrito de Jaborá, no município de Joaçaba.

Jovino Branco, das funções de Sub-Delegado de Polícia do distrito de Jaborá, no município de Joaçaba.

Portaria de 27 de abril de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Licenciar "ex-officio", em prorrogação:

De acordo com o art. 162, alínea b, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

A Wanda Maria Kowalski Ligocki, ocupante do cargo da classe G, da carreira de Atendente, do Quadro Único do Estado, lotada no Departamento de Saúde Pública, por mais 45 (quarenta e cinco) dias, com vencimento integral e a contar de 11 de abril corrente.

Requerimento despachado pelo Exmo. Sr. Governador

20 DE ABRIL

N. 55 — Mário Hercílio de Oliveira — Indeferido.

INTERIOR E JUSTIÇA

PENITENCIÁRIA DO ESTADO

Portaria de 23 de abril de 1955

O DIRETOR RESOLVE

Transferir:

Por conveniência do serviço, as férias dos srs. João Pedro da Silva e Osvaldo Calixto de Lima, Encarregados de Serviço, ref. XIV, dos meses de maio e abril, para dezembro e junho, respectivamente.

EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

PLANTÕES DE FARMÁCIA

Mês de maio

Dia 1º, domingo — Farmácia Nelson — Rua Felipe Schmidt.

Dia 7, sábado (tarde) — Farmácia Moderna — Rua João Pinto.

Dia 8, domingo — Farmácia Moderna — Rua João Pinto.

Dia 14, sábado (tarde) — Farmácia Sto. Antônio — Rua Felipe Schmidt, n. 43.

Dia 15, domingo — Farmácia Sto. Antônio — Rua Felipe Schmidt, n. 43.

Dia 19, dia santo — Farmácia Catarinense — Rua Trajano.

Dia 21, sábado (tarde) — Farmácia Noturna — Rua Trajano.

Dia 22, domingo — Farmácia Noturna — Rua Trajano.

Dia 25, sábado (tarde) — Farmácia Esperança — Rua Conselheiro Mafra.

Dia 29, domingo — Farmácia Esperança — Rua Conselheiro Mafra.

O serviço noturno será efetuado pelas Farmácias Sto. Antônio e Noturna, situadas às ruas Felipe Schmidt, n. 43 e Trajano.

A presente tabela não poderá ser alterada sem prévia autorização deste Departamento.

Departamento de Saúde Pública, em Epólis, 26 de abril de 1955.

Luiz Osvaldo d'Acâmpora, inspetor de farmácia.

(2484)

FAZENDA

Portarias de 20 de abril de 1955 O SECRETÁRIO RESOLVE

Repreender:

De acordo com o art. 225, item II, combinado com o art. 227, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949: Licínio Venevel de Córdova, ocupante do cargo de Fiscal da Fazenda, classe R, do Quadro Único do Estado, com sede na 39ª Zona, por falta de exação no cumprimento dos seus deveres, conforme ficou evidenciado em processo administrativo, instaurado para apurar irregularidades que lhe forem atribuídas.

Heraldo Neves Arruda, ocupante do cargo de Auxiliar de Fiscalização, interino, padrão L, do Quadro Único do Estado, respondendo pela 41ª Zona, sediada em Bocaina, município de Lajes, por falta de exação no cumprimento dos seus deveres, conforme ficou evidenciado em processo administrativo, instaurado para apurar irregularidades que lhe foram atribuídas.

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA FAZENDA

Portarias de 26 de abril de 1955 O DIRETOR RESOLVE

Suspender:

De suas funções, pelo prazo de trinta dias, o sr. Thomaz Lobo Figueiredo, Auxiliar de Fiscalização, padrão M, de acordo com o art. 225, item III, combinado com o art. n. 228, parágrafo único, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, tendo em vista as irregularidades apuradas e que lhe são atribuídas no Inquérito Administrativo instaurado no Distrito de Rio do Teste, município de Blumenau.

Alterar:

A escala de férias dos funcionários do Serviço de Fiscalização da Fazenda, na parte que se refere a Antônio da Cunha Mendes, Fiscal da Fazenda, marcando as mesmas para o mês de novembro do corrente ano, a ter início a primeiro deste mês.

Tornar sem efeito:

A portaria datada de 9 de julho de 1952, que admitiu Alberto Fortkamp, na função de Guarda-Fiscal, referência VII.

SEGURANÇA PÚBLICA

Requerimentos despachados

20 DE ABRIL

N. 252 — Empresa Gráfica Grajau Ltda. — Pague-se, à vista das informações, a quantia de Cr\$ 13.490,00, desentranhando-se os documentos necessários à comprovação da despesa, de acordo com o Decreto n. 622, de 28-11-38.

N. 260 — Nicomedes da Silva — Pague-se, idem, idem, a quantia de Cr\$ 4.503,00, idem, idem.

N. 261 — Laudelino May & Cia. Comércio e Indústria — Pague-se, idem, idem, a quantia de Cr\$ 6.230,00, idem, idem.

N. 266 — Licério Camargo — Pague-se, idem, idem, a quantia de Cr\$ 3.200,00, idem, idem.

26 DE ABRIL

N. 187 — Expresso Blumenauense — Pague-se à vista das informações, a quantia de Cr\$ 280,00, desentranhando-se os documentos necessários à comprovação da despesa, de acordo com o Decreto n. 622, de 28-11-38.

N. 280 — Figueras S. A. — Engenharia e Importação — Pague-se, idem, idem, a quantia de Cr\$ 732,00, idem, idem.

N. 204 — Empresa Santo Anjo da Guarda — Pague-se, idem, idem, a quantia de Cr\$ 1.277,20, idem, idem.

N. 140 — Aristides Felisbino da Silva — Pague-se, idem, idem, a quantia de Cr\$ 290,00, idem, idem.

N. 172 — Empresa Auto Viação Catarinense — Pague-se idem, idem, a quantia de Cr\$ 6.007,10, idem, idem.

N. 302 — Aurélio Alves — Como requer.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

LEI N. 216, DE 20 DE ABRIL DE 1955

Aprova termo aditivo de acordo

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina faz saber que aprovou e decreta a seguinte Lei:

Art. 1º — É aprovado o Termo aditivo de acordo celebrado entre o Governo da União e o Estado de Santa Catarina, assinado em 26 de fevereiro de 1954, para instalação de uma Escola de Iniciação Agrícola no município de Chapecó.

Art. 2º — É do seguinte teor o Termo aditivo de acordo de que trata o artigo anterior. "Aos 30 dias do mês de abril de 1954, presentes na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, o senhor doutor João Cleophas, Ministro de Estado, por parte do Governo da União, e o senhor doutor Marcos José Konder Reis, representante devidamente credenciado do Estado de Santa Catarina, conforme procuração que exibiu, resolveram assinar o presente termo aditivo, modificando a cláusula décima terceira do já citado acordo, que passará a ter a seguinte redação: **CLAUSULA DECIMA TERCEIRA** — O presente acordo terá a duração de cinco (5) anos financeiros, inclusive o atual, e não entrará em vigor sem que tenha sido registrado pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando os Governos da União e do Estado por indenização alguma, caso seja denegado o seu registro". Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do acordo anterior já citado. E, para firmeza e validade do acima, ficou estipulado, lavrou-se o presente termo aditivo, o qual, depois de lido e achado certo, vai assinado pelas partes acordantes já mencionadas, pelas testemunhas: Aylton Vascellos, Antônio Martins dos Reis e por mim, Célio Braga, dactilógrafo, classe F, com exercício na Seção de Execução, da Divisão do Orçamento, do Departamento de Administração, que o dactilografarei. Rio de Janeiro, 20 de abril de 1954.

Art. 3º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 20 de abril de 1955.

Antônio Gomes de Almeida, presidente em Exercício.

RESOLUÇÃO N. 31

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, usando da atribuição conferida pelo art. XI, item VIII, da Lei n. 2, de 23 de junho de 1948 (Regimento Interno),

RESOLVE:

Conceder licença:

De acordo com o art. 131, combinado com o art. 137, da Lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado):

A José Ferreira de Souza, ocupante do cargo da classe "O", da carreira de Motorista do Quadro do Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de trinta (30) dias, a contar de 1º do corrente mês.

Palácio da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 4 de abril de 1955.

Braz Joaquim Alves, presidente.
Lenoir Vargas Ferreira, 1º secretário.
Heitor de Alencar Guimarães Filho, 2º secretário.

RESOLUÇÃO N. 34

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina promulga a seguinte resolução:

Artigo único — Fica concedida, de acordo com o item III do artigo 6º do Regimento Interno, licença por sessenta (60) dias, a contar desta data, ao senhor deputado PAULO KONDER BORNHAUSEN, representante da União Democrática Nacional, revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 18 de abril de 1955.

Antônio Gomes de Almeida, presidente em exercício.
Lenoir Vargas Ferreira, 1º secretário.
Heitor de Alencar Guimarães Filho, 2º secretário.

RESOLUÇÃO N. 35

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina em virtude do impedimento do senhor deputado Paulo Konder Bornhausen, que requereu sessenta (60) dias de licença, a contar desta data,

RESOLVE:

CONVOCAR o suplente diplomado de deputado estadual, senhor RÔMEU SEBASTIÃO NEVES, a quem será dado conhecimento, para os devidos fins.

Palácio da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 18 de abril de 1955.

Antônio Gomes de Almeida, presidente em exercício.
Lenoir Vargas Ferreira, 1º secretário.
Heitor de Alencar Guimarães Filho, 2º secretário.

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA FAZENDA

Edital

De ordem do senhor Diretor deste Serviço, fica intimado o senhor Milton de Almeida Coelho, Fiscal da Fazenda, interino, a se apresen-

tar dentro do prazo de 30 dias, a contar desta data, na Inspeção da 2ª Região Fiscal, com sede em Blumenau, de onde se acha ausente desde 31 do mês de março, visto haver terminado suas férias regulamentares em 30 desse mês.
S. F. F., em 26 de abril de 1955.
Osvaldo Silveira, auxiliar-técnico.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edital n. 1.198

De acordo com o disposto no art. 381, do Código de Processo Civil, para conhecimento das partes interessadas, dá-se publicidade no "Diário Oficial do Estado", de que nesta data na sessão da Câmara Civil, foram assinados os venerandos acordãos, cujas conclusões são do teor seguinte:

Revisão em processo de acidente do trabalho n. 1, da comarca de São Bento do Sul, requerente Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes, Companhia de Seguros e requerido Mário Peschl: "por unanimidade de votos, conhecer originariamente do pedido e deferir-lo em parte para reduzir a importância da indenização a Cr\$ 18.109,50. Custas na forma da lei".

Agravo n. 2.284, da comarca de Biguaçu, agravante Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e agravado José Antônio Martins: "por votação unânime, conhecer do recurso e negar-lhe provimento para confirmar a sentença agravada. Custas pelo agravante".

Agravo n. 2.339, da comarca de Criciúma, agravante Lloyd Industrial Sul Americano e agravado João Manoel Cardoso: "por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso para confirmar a sentença agravada. Custas pela agravante".

Agravo n. 2.343, da comarca de Criciúma, agravante Lloyd Industrial Sul Americano e agravado Aplides Francisca: "sem divergência de votos, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para confirmar a sentença agravada. Custas pelo agravante".

Agravo n. 2.347, da comarca de Criciúma, agravante Lloyd Industrial Sul Americano e agravado Ivo Manoel Ferreira: "por conformidade de votos conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para confirmar a sentença agravada. Custas pela agravante".

Agravo n. 2.348, da comarca de Criciúma, agravante Lloyd Industrial Sul Americano e agravado Ardoino Bratti: "por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso para confirmar a sentença agravada. Custas pela agravante".

Agravo n. 2.364, da comarca de Tubarão, agravantes Alfredo Freitas e Adélia Comelli Freitas e agravados a Fazenda do Estado e o Espólio de José Ricardo Comelli: "por unanimidade de votos, não conhecer do recurso. Custas pelos agravantes".

Agravo n. 2.369, da comarca de Indaial, agravante "Brasil" Cia. de Seguros Gerais e agravado Leopoldo Metzger: "por votação unânime, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para confirmar a sentença agravada. Custas pela agravante".

Cartório em Florianópolis, 22 de abril de 1955.

Osvaldo Fernandes, escrivão.

Edital n. 3.113

Faço público que, de acordo com o art. 41, do Decreto-lei n. 4.565, de 11 de agosto de 1942, que modificou o artigo 870, do Código de Processo Civil, acha-se correndo prazo de dez dias, para preparo na Secretaria deste Tribunal, dos seguintes processos:

Apelação civil de Joacaba, apelantes Horácio Bueno de Camargo e sua mulher e apelados Adolfo Pacheco e sua mulher.

Apelação civil de Campos Novos, apelante Palmira Rodrigues de Moraes e apelados Emídio Felipe dos Santos e Marinho Felipe dos Santos.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, aos 26 de abril de 1955.

Ivo Sell, secretário.

(2502)

SERVIÇO ELEITORAL

O Escrivão Eleitoral da 12ª Zona-Florianópolis, faz público que perante este Juízo, foram apresentados os pedidos de qualificações abaixo.

N. do processo — Nome do requerente
9.002 — Pedro Coutel; 9.003 — Satiro Maria Joana; 9.004 — Lavio Belizário da Silva; 9.005 — Leon Schmigelow.

Florianópolis, 26 de abril de 1955.
Arno Schmidt, escrivão.

REGISTRO CIVIL

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Nilton João Teodósio e Olívia Ramos da Rosa, ambos solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes nesta Capital. Ele, comerciante, nascido no Estreito, neste município, filho de João Teodósio e Filomena Joaquina Teodósio. Ela, doméstica, nascida na cidade de Parnaíba, filha de Henrique Ramos da Rosa e Primária Lima Ramos.

Se alguém souber de algum impedimento oponha-o na forma da Lei.

Florianópolis, 26 de abril de 1955.
Maria de Lourdes Caldas, escr. jur. no imp. oc. do oficial.

(1771)

FABRICA DE MOVEIS LEOPOLDO S. A.

Assembléia geral extraordinária

PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas desta sociedade, para a assembléia geral extraordinária, a realizar-se no dia 10 de maio de 1955, às 10 horas, na sede social à rua Benjamin Constant, n. 8, em São Bento do Sul, a fim de deliberar sobre a seguinte:

Ordem do dia

- 1º — Aprovação das novas instalações projetadas pela diretoria.
- 2º — Autorização para contrair empréstimo industrial.
- 3º — Assuntos diversos de interesse social.

São Bento do Sul, 20 de abril de 1955.

Lino Zschoerper, diretor-presidente.
(3-1) (1767)

JORGE MAYERLE S. A. — COMERCIO

Assembléia geral ordinária

CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores acionistas desta sociedade a comparecerem à assembléia geral ordinária a realizar-se no dia 30 de abril do corrente ano, às 15 horas, na sede social à Av. Getúlio Vargas, 998, nesta cidade, a fim de deliberarem sobre a seguinte:

Ordem do dia

- 1º — Leitura, exame, discussão e aprovação do relatório da diretoria, parecer do conselho fiscal, balanço geral e contas de lucros e perdas, relativo ao exercício de 1954.
- 2º — Eleição dos membros do conselho fiscal.
- 3º — Assuntos de interesse social.

Aviso

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, no escritório da sociedade, os documentos a que se refere o art. 99, alíneas a, b e c, do Decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Joinville, 15 de abril de 1955.
Jorge Mayerle, diretor-superintendente.

Antônio Budal de Arins, diretor-tesoureiro.
Peter Markus Mayerle, diretor da Contabilidade.
(3-1) (1768)

**COMISSÃO DE ESTUDOS DOS SER-
VIÇOS PÚBLICOS ESTADUAIS**

PARECER N. 994/55

Ana Bonin Ballmann, ocupante do cargo de Regente do Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, com exercício na Escola Reunidas "Profa Eclida C. de Sena", de Aiurê, distrito de Grão Pará, município de Orleães, requer pagamento do salário-família, dos meses de abril de 1953 a março de 1954.

2. A vista das informações constantes deste processo, tem a requerente direito ao que pede.

3. Pelo relacionamento da quantia de Cr\$ 1.800,00 para oportuno pagamento. S. S., em 22 de março de 1955.

Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Moacir de Oliveira.
Hamilton J. Hildebrand.
Aprovado. Em 22/3/55.
(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 995/55

Maria Sílvia da Silva, ocupante da função de Auxiliar de Cozinha Dietética, referência VI, da T.N.M. do Departamento de Saúde Pública, requer efetivação no cargo.

2. As informações de fls. esclarecem que a requerente foi admitida em 20 de maio de 1944, na função que atualmente exerce.

Assim, não contava com cinco anos de exercício na data da promulgação da Constituição da República, para merecer o benefício da equiparação aos funcionários públicos, nos termos do Decreto n. 881, de 4 de janeiro de 1951.

3. Pelo indeferimento.
S. S., em 22 de março de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Hamilton J. Hildebrand, relator.
Alcides H. Ferreira.
Moacir de Oliveira.
Aprovado. Em 22/3/55.
(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER 996/55

Maria de Lourdes Souza Félix, ocupante do cargo da classe Q, da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Único do Estado, com exercício no Tesouro do Estado, requer seis meses de licença-prêmio, para gozã-la em períodos parcelados trimestrais.

2. Segundo informação de fls., a requerente não gozou a licença-prêmio referente ao decênio compreendido entre 1º de fevereiro de 1943 e 1º de fevereiro de 1953, que lhe foi concedido em 1º de abril de 1953.

3. Opinamos seja tornada sem efeito a portaria de 1º de abril de 1953, e concedida novamente a licença-prêmio a que tem direito do decênio acima citado.

S. S., em 22 de março de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Moacir de Oliveira.
Hamilton J. Hildebrand.
Aprovado. Em 22/3/55.
(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 997/55

Pedro Pacques, ocupante do cargo da classe P, da carreira de Inspetor Escolar, do Quadro Único do Estado, com exercício na 15ª Circunscrição Escolar, com sede em Caçador, requer seis meses de licença-prêmio.

2. Conta o requerente, segundo informação de fls., o decênio compreendido entre 26 de fevereiro de 1937 e 26 de fevereiro de 1947, sem irregularidades.

3. Pelo deferimento.
S. S., em 22 de março de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Hamilton J. Hildebrand, relator.
Alcides H. Ferreira.
Moacir de Oliveira.
Aprovado. Em 22/3/55.
(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 998/55

Consuelo Longuinho Tavares, ocupante da função de Servçal, referência V, com exercício no Grupo Escolar "Dom

Joaquim", de Braço do Norte, município de Tubarão, requer seis meses de licença-prêmio a que se julga com direito.

2. Segundo informação de fls., a requerente iniciou o exercício da função para a qual foi admitida pela portaria n. 2.431, de 29 de julho de 1944, no dia 1º de agosto do referido ano.

3. Não contava pois, a 1º de setembro de 1946, data da promulgação da Constituição da República, mais de cinco anos de exercício, a fim de ser equiparada aos funcionários efetivos para efeito de licença-prêmio.

4. Pelo indeferimento.
S. S., em 22 de março de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Hamilton J. Hildebrand, relator.
Alcides H. Ferreira.
Moacir de Oliveira.
Aprovado. Em 22/3/55.
(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 999/55

Dionysio Mondardo, Escrivão de Paz vitalício do distrito de Nova Veneza, comarca de Criciúma, requer fique constando da sua funcional o tempo de serviço prestado como professor estadual, Escrivão de Paz substituto, Escrivão de Paz interino e Escrivão de Paz vitalício.

2. Confrontando as certidões apresentadas com a informação prestada pelo Tesouro do Estado, verifica-se que somente falta a anotação em seus assentamentos do período de 17 de dezembro de 1928 a 17 de fevereiro de 1929, que exerceu, na qualidade de substituto, o cargo de Escrivão de Paz de Nova Veneza.

3. Em face do exposto, esta Comissão opina seja averbado em sua ficha funcional o tempo de serviço acima referido, ficando o requerente com 29 anos, 6 meses e 10 dias de serviços prestados ao Estado.

S. S., em 22 de março de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Moacir de Oliveira.
Aprovado. Em 22/3/55.
(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.000/55

Propõe a Secretaria da Segurança Pública a admissão de Iracy Rosa, na função de Encarregado de Serviço, referência XIII, criada pelo Decreto n. 39, de 29 de abril de 1954.

2. Ante a documentação apresentada e no disposto na lei, nada tem esta Comissão a opor.

S. S., em 22 de março de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Moacir de Oliveira, relator.
Alcides H. Ferreira.
Hamilton J. Hildebrand.
Aprovado. Em 22/3/55.
(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.001/55

João José de Souza, ocupante da função de Servente, referência X, da T.N.M. da Colônia Sant'Ana, requer efetivação.

2. O requerente ingressou na T. N. M. da Colônia Sant'Ana em 1º de janeiro de 1944. Tem registrado em seu assentamentos individuais (Parecer n. 330/55), os períodos de serviços prestados ao Departamento de Estrada de Rodagem e à Colônia Sant'Ana, num total de 1.870 dias.

3. Tem por conseguinte, direito de ser equiparado aos funcionários públicos, para os efeitos previstos no Decreto n. 881, de 4-1-1951.

Pelo deferimento.
S. S., em 29 de março de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Hamilton J. Hildebrand, relator.
Alcides H. Ferreira.
Moacir de Oliveira.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen

PARECER N. 1.002/55

Requer Irnã Liduina Venturi, professor efetivo referência VII, com exercício na Escola Mista Estadual de Ilse

Grande, distrito de Acuriz, município de Indaial, aposentadoria.

2. Preliminarmente, deverá ser registrado e averbado nas folhas de assentamento da requerente o tempo de efetivo exercício prestado ao magistério municipal e particular, a saber: de 1º de fevereiro de 1931 a 10 de setembro de 1938, na Prefeitura Municipal de Rio do Sul, (Escolas de Taboão-Valada e Itoupava); de 15 de janeiro de 1915 a 31 de dezembro de 1919 (Escola Paroquial de Rodeio-Blumenau); de 1º de fevereiro de 1920 a 30 de dezembro de 1928 (Escola Paroquial da Barra das Pombas); de 5 de janeiro de 1929 a 30 de dezembro de 1930 (Escola Paroquial de Alto Pomeranos); de 10 de janeiro de 1931 a 30 de dezembro de 1932, na Escola Particular de Taboão.

S. S., em 29 de março de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Moacir de Oliveira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Alcides H. Ferreira.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen

PARECER N. 1.003/55

Custódio Francisco de Campos, ocupante do cargo de Lente do Instituto de Educação "Dias Velho", alegado extravio do processo em que requereu contagem de tempo de serviço prestado no Núcleo Colonial de Anitópolis, requer providências no sentido de que sejam efetivados os registros e averbação requerida.

2. Esta Comissão, na oportunidade em que examinou o pedido anterior do requerente emitiu o parecer de nº. 3745/54, (D.O. 19-11-54), com as seguintes conclusões:

"Segundo a declaração feita no documento de fls. 2, pelo ex-Inspetor do Ministério do Trabalho, sr. Edgar da Cunha Carneiro, exerceu o requerente no referido Núcleo a função de Intérprete, na qualidade de diarista e além dessa função, "mantinha em uma das dependências da administração um curso particular de alfabetização"

3. Não se ajusta, entretanto essa última afirmação aos requisitos indispensáveis, para a contagem de tempo, de vez que o art. 100, alínea f, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949, assegura apenas o "tempo durante o qual os professores tenham exercido o magistério primário, em estabelecimentos de ensino particular, reconhecidos ou subvencionados ou fiscalizados pelo Estado, ou equiparados a estabelecimentos estaduais ou federais".

4. É de se computar, a favor do requerente, entretanto, o tempo de serviço prestado na Repartição Federal, como diarista, no que o ampara o art. 100, alínea a, do Estatuto.

Quanto ao mais, pelo indeferimento.

S. S., em 12 de outubro de 1954.
(As.) Moacir de Oliveira, presidente.
Hamilton J. Hildebrand, relator.
Alcides H. Ferreira.
Aprovado. Em 19-10-1954.
(a.) Irineu Bornhausen, Governador.

3. Somos, pois, pelo registro e averbação dos registros individuais do requerente, do período que vai de 8-3-914 a 11-9-1915, para os efeitos legais.

Pelo deferimento.
S. S., em 29 de março de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Hamilton J. Hildebrand, relator.
Moacir de Oliveira.
Alcides H. Ferreira.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen

PARECER N. 1.004/55

Otávio Silva, soldado da Polícia Militar do Estado, requer averbação e tempo de serviço prestado ao Território Federal do Iguaçu.

2. Efetivamente, como comprova a certidão fls. 7, o requerente prestou serviços na Guarda Territorial do extinto Território Federal do Iguaçu, no período de 4 de outubro de 1944 a 31 de dezembro de 1946.

3. Somos, pois, pelo registro e aver-

bação do período acima referido, para os efeitos legais.

Pelo deferimento.
S. S., em 29 de março de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Hamilton J. Hildebrand, relator.
Moacir de Oliveira.
Alcides H. Ferreira.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen

PARECER N. 1.005/55

Anáfile Vitória Matos, ocupante do cargo de Regente do Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, com exercício na escola de Boava, município de São Joaquim, requer pagamento do salário-família dos meses de agosto a dezembro de 1953.

2. A vista das informações constantes deste processo, tem a requerente direito ao que pede.

3. Pelo relacionamento da quantia de Cr\$ 750,00 para oportuno pagamento. S. S., em 29 de março de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Moacir de Oliveira.
Hamilton J. Hildebrand.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen

PARECER N. 1.006/55

Anaído Inácio Espindola, soldado da Polícia Militar, requer seis meses de licença-prêmio.

2. A vista da informação do Major Chefe Interino do Estado Maior da referida corporação, conta o requerente o decênio compreendido entre 6 de outubro de 1944 e 6 de outubro de 1954, sem irregularidades, tendo direito ao que pede.

3. Pelo deferimento.
S. S., em 29 de março de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Moacir de Oliveira.
Hamilton J. Hildebrand.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen

PARECER N. 1.007/55

Liberto de Camilo, Capitão da Polícia Militar, requer pagamento da diferença de ajuda de custo, decorrente do aumento de vencimentos referente a Lei n. 1.069, de 9 de junho de 1954.

2. A vista das informações constantes deste processo, tem o requerente direito ao que pede.

3. Pelo relacionamento da quantia de Cr\$ 1.300,00, para oportuno pagamento. S. S., em 29 de março de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Moacir de Oliveira.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen

PARECER N. 1.008/55

Agenor José dos Santos, soldado da Polícia Militar, requer contagem, pelo dobro, de um período de licença-prêmio, para efeito de passagem para a Reserva Remunerada.

2. A vista da informação de fls., do Major Chefe Interino do Estado Maior da referida corporação, tem o petionário direito ao que pede, relativamente ao decênio compreendido entre 10 de fevereiro de 1945 a 10 de fevereiro de 1955.

3. Pelo deferimento.
S. S., em 29 de março de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Moacir de Oliveira.
Hamilton J. Hildebrand.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen

PARECER N. 1.009/55

Orlando Brasil, ocupante do cargo de Contador Geral, padrão Z, da Contadoria Geral do Estado, requer fique constando da sua ficha funcional o tempo de serviço prestado como professor da Academia de Comércio deste Estado.

2. Segundo a certidão de fls. 2, o re-

querente lecionou na referida Academia, no período de 30 de abril de 1930 a 10 de março de 1945.

3. Opinamos fique constando da sua ficha funcional o tempo de serviço a que se refere a presente petição, com a observação de que o aludido tempo de serviço será computado de acordo com a lei em vigor na época em que o interessado requerer a sua aposentadoria.

S. S., em 29 de março de 1955.

Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Moacir de Oliveira.

Hamilton J. Hildebrand.

Aprovado.

(as.) Irineu Bornhausen

PARECER N. 1.010/55

Nicolau Manoel Guimarães, ocupante da função de Vigilante, referência IX, requerer fique constando da sua ficha funcional o tempo de serviço prestado na qualidade de Aspirante a Vigilante da Penitenciária do Estado.

2. Segundo a certidão de fls. 2, o requerente foi contratado a 28 de janeiro de 1939 para o cargo de Aspirante, tendo trabalhado até o dia 8 de novembro do mesmo ano.

3. Pelo deferimento.

S. S., em 29 de março de 1955.

Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.

Moacir de Oliveira.

Hamilton J. Hildebrand.

Aprovado.

(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.011/55

Requer Gilio Manenti, professor da escola mista desdobrada estadual de Pinheirinho do Meio, distrito de Jacinto Machado, no município de Turvo, pagamento de vencimentos atrasados.

2. Informa a Inspeção Escolar não ter o funcionário percebido os meses de setembro a dezembro de 1950, em que esteve no desempenho do cargo.

3. Atendendo à solicitação do Tesouro, esclarece o Coletor Estadual de Turvo que efetivamente se constata, naquela repartição, na rubrica "Restos a pagar", a importância de Cr\$ 5.040,00 (cinco mil e quarenta cruzeiros), referente àqueles meses, a favor do requerente.

4. Se bem que na Contadoria Geral do Estado nada conste a respeito, trata-se, sem dúvida, como bem se comprova nos autos, de direito líquido e certo.

5. Deve, pois, ser-lhe relacionada a quantia pleiteada, para oportuno pagamento.

Assim, pelo deferimento.

S. S., em 29 de março de 1955.

Dante De Patta, presidente.

Moacir de Oliveira, relator.

Alcides H. Ferreira.

Hamilton J. Hildebrand.

Aprovado.

(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.012/55

Requer Edmundo Godinho, referência XII, da Diretoria de Obras Públicas, elevação do adicional.

2. Em vista dos informes nos autos e consoante o disposto na Lei n. 281, de 27 de julho de 1949, cabe-lhe o adicional de 10% sobre Cr\$ 1.470,00, ou sejam Cr\$ 147,00 mensais, a partir de 23 de março do ano em curso, quando completou 19 anos e 183 dias de efetivo exercício.

3. Assim, pelo deferimento.

S. S., em 29 de março de 1955.

Dante De Patta, presidente.

Moacir de Oliveira, relator.

Alcides H. Ferreira.

Hamilton J. Hildebrand.

Aprovado.

(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.013/55

Lídio João Ferreira, 3º sargento da Polícia Militar, servindo em Canoinhas, requer contagem, pelo dobro, para efeito de transferência para a Reserva Remunerada, de um período de licença-prêmio.

2. Segundo informação de fls., do Major Chefe Interino do Estado Maior da referida corporação, tem o peticionário direito ao que pede, relativamente ao decênio compreendido entre 4 de junho de 1935 a 4 de junho de 1946.

3. Pelo deferimento.

S. S., em 29 de março de 1955.

Dante De Patta, presidente.

Alcides H. Ferreira, relator.

Moacir de Oliveira.

Hamilton J. Hildebrand.

Aprovado.

(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.014/55

Requer Frederico Gonçalves, 2º sargento da 1ª C.I. da Polícia Militar do Estado, elevação do adicional.

2. De acordo com as informações nos autos, faz o requerente jus ao que pede, a partir de 21 de maio de 1954, em cuja data completou 19 anos e 183 dias de efetivo exercício.

3. Dentro do cálculo procedido pelo Tesouro do Estado, cabe-lhe a elevação do adicional para 8% sobre Cr\$ 1.900,00, ou sejam Cr\$ 152,00 mensais a contar daquela data, devendo assim ser-lhe relacionada para oportuno pagamento, a quantia de Cr\$ 559,00 (quinhentos e cinquenta e nove cruzeiros), referente a diferença no período compreendido entre 21 de maio de 1954 a 31 de dezembro de 1954.

Assim, pelo deferimento.

S. S., em 29 de março de 1955.

Dante De Patta, presidente.

Moacir de Oliveira, relator.

Hamilton J. Hildebrand.

Aprovado.

(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.015/55

Requer Carlos Pedro Maciel, Professor, referência VII, com exercício na escola mista estadual de Rio dos Lobos, distrito e município de Taíó, registro de tempo de serviço prestado ao magistério particular e municipal.

2. Junta uma justificação judicial, comprovante de haver lecionado, durante o período de janeiro de 1931 a setembro de 1934, em escola primária particular, situada em Ribeirão das Pedras, ex-Salto Grande, no município de Bom Retiro, hoje pertencente a Ituporanga, sendo a referida escola "mantida por uma associação composta de pais e alunos".

3. Documenta o tempo de exercício no professorado municipal, com certidões da Prefeitura de Rio do Sul, onde serviu de 6 de julho de 1944 a 2 de maio de 1946; da Prefeitura de Palhoça (de 28 de janeiro de 1929 a 11 de janeiro de 1931); da Prefeitura de Bom Retiro (de 10 de setembro de 1934 a 19 de março de 1936), contando o total de quatro anos, 4 meses e 21 dias prestados ao magistério municipal.

4. Informa a fls., a Inspeção de Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino não constar na ficha competente, o exercício alegado pelo requerente, quanto ao magistério particular, sendo de observar, no entanto, que o nome do mesmo faz parte do "fichário primitivo de professores municipais e particulares".

5. No que tange à justificação judicial, não pode ela fazer prova, em face do que dispõe o art. 190, letra f, do vigente Estatuto do Funcionalismo (Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949), com referência à condição do estabelecimento.

6. Desta forma, é de se registrar apenas o tempo de exercício municipal aludido no item 3 acima, para que seja computado de acordo com a lei ao tempo em que for requerida a aposentadoria.

S. S., em 29 de março de 1955.

Dante De Patta, presidente.

Moacir de Oliveira, relator.

Alcides H. Ferreira.

Hamilton J. Hildebrand.

Aprovado.

(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.016/55

Francisco Golini, soldado da Polícia Militar, requer contagem, pelo dobro, para efeito de transferência para a Reserva Remunerada, de dois períodos de licença-prêmio.

2. Segundo informa o Major Chefe

Interino do Estado Maior da referida Corporação, tem o peticionário direito ao que pede, relativamente aos decênios compreendidos entre 1º de fevereiro de 1935 e 1º de fevereiro de 1955.

3. Pelo deferimento.

S. S., em 29 de março de 1955.

Dante De Patta, presidente.

Alcides H. Ferreira, relator.

Moacir de Oliveira.

Hamilton J. Hildebrand.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen

PARECER N. 1.017/55

Aparício Lemos, ocupante do cargo de Fiscal de Estradas, padrão H, requer concessão do adicional, de acordo com a Lei n. 281, de 27 de julho de 1949.

2. Segundo o cálculo procedido, o adicional a lhe ser concedido é de 5% sobre Cr\$ 1.450,00, ou de Cr\$ 72,50 mensais, a partir de 10 de agosto de 1952.

3. A quantia de Cr\$ 2.081,40 relativa aos exercícios de 1952 a 1954 deverá ser relacionada para oportuno pagamento.

S. S., em 29 de março de 1955.

Dante De Patta, presidente.

Alcides H. Ferreira, relator.

Moacir de Oliveira.

Hamilton J. Hildebrand.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen

PARECER N. 1.018/55

Rui Prudente de Andrade, 3º sargento da Polícia Militar, servindo em Canoinhas, requer contagem, pelo dobro, de um período de licença-prêmio, para efeito de transferência para a Reserva Remunerada.

2. Informa o Major Chefe Interino do Estado Maior da referida Corporação, ter o peticionário direito ao que pede, relativamente ao decênio compreendido entre 12 de fevereiro de 1938 e 12 de fevereiro de 1948.

3. Pelo deferimento.

S. S., em 29 de março de 1955.

Dante De Patta, presidente.

Alcides H. Ferreira, relator.

Moacir de Oliveira.

Hamilton J. Hildebrand.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen

PARECER N. 1.019/55

Hamilton Carreirão, ocupante da função de Encarregado de Serviço, referência XII, com exercício no Posto de Arrecadação da Penha, requer transferência para a carreira de Coletor-Escritório.

2. O artigo 69, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949, estabelece que

"O funcionário poderá ser transferido:

I — de uma para outra carreira;

II — de um cargo isolado, de provimento efetivo, para outro de carreira;

III — de um cargo de carreira para outro isolado, de provimento efetivo;

IV — de um cargo isolado de provimento efetivo, para outra da mesma natureza".

3. Exercendo o requerente uma função de extranumerário-mensalista, não tem direito ao que pede.

4. Pelo indeferimento.

S. S., em 29 de março de 1955.

Dante De Patta, presidente.

Alcides H. Ferreira, relator.

Moacir de Oliveira.

Hamilton J. Hildebrand.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen

PARECER N. 1.020/55

Requer Geni Medeiros Tives, com exercício na Escola Isolada de Piurra, distrito de Bocaina do Sul, município de Lajes, averbação de tempo de serviço no magistério municipal.

2. Junta certidão da Prefeitura Municipal de Lajes, pela qual se comprova o período de três anos, cinco meses e quinze dias de efetivo exercício, como professora da Escola Mista Municipal de Fachinal dos Lúcios.

3. Nos termos do art. 100, letra f, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949, deve ser-lhe registrado o tempo a que

alude o item 2 acima, para que somente seja computado de acordo com a Lei ao tempo em que for requerida a aposentadoria.

Assim, pelo deferimento.

S. S., em 29 de março de 1955.

Dante De Patta, presidente.

Moacir de Oliveira, relator.

Alcides H. Ferreira.

Hamilton J. Hildebrand.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen

PARECER N. 1.021/55

Requer Maria das Dores Livramento, Operador IX, lotado no D.E.E., um ano de licença para tratar de interesses particulares.

2. Em vista dos informes nos autos e na forma do art. 172, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949, e respectivo parágrafo 1º, tem a requerente direito ao que pede.

Assim, pelo deferimento.

S. S., em 29 de março de 1955.

Dante De Patta, presidente.

Moacir de Oliveira, relator.

Alcides H. Ferreira.

Hamilton J. Hildebrand.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen

PARECER N. 1.022/55

Requer Rufino Nunes, soldado n. 507, da 3ª C.I., da Polícia Militar do Estado, percepção de salário-família atrasado.

2. Informa o Comando da Corporação caber-lhe direito ao salário-família correspondente aos meses: agosto a dezembro de 1952 (Cr\$ 60,00 mensais); e janeiro a dezembro de 1953 (Cr\$ 150,00 mensais).

3. No mesmo sentido opina o Tesouro do Estado.

4. Em face, pois, das provas nos autos deve ser relacionado a favor do requerente, para oportuno pagamento, o total de Cr\$ 2.100,00 (dois mil e cem cruzeiros), relativo à discriminação feita acima, no item 2.

5. Assim, pelo deferimento.

S. S., em 29 de março de 1955.

Dante De Patta, presidente.

Moacir de Oliveira, relator.

Alcides H. Ferreira.

Hamilton J. Hildebrand.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.023/55

Ladislau Zunkows, ocupante da função de Guarda-Fiscal, com exercício no Posto de Fiscalização da Estrada Concórdia-Chapécó, requer pagamento do salário-família dos meses de abril a dezembro de 1953.

2. Segundo informação de fls., foi-lhe concedido o salário-família a partir do mês de maio de 1953.

3. Pelo relacionamento, pois, da quantia de Cr\$ 4.300,00, para oportuno pagamento.

S. S., em 29 de março de 1955.

Dante De Patta, presidente.

Alcides H. Ferreira, relator.

Hamilton J. Hildebrand.

Moacir de Oliveira.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.024/55

Maria Harger Althoff, ocupante do cargo de Regente do Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, com exercício no Grupo Escolar "Coelho Neto", de Criciúma, requer aposentadoria.

2. Submetida à inspeção de saúde, constatou a Junta Médica do Departamento de Saúde que a requerente "continua portadora das doenças ns. 46 (perna) e 354, pelo que se acha incapacitada para exercer suas funções ou qualquer função pública em geral (art. 197, § 3º do E.F.P.)."

3. Pela informação de fls. 8 e 9, verifica-se que a requerente ainda não gozou a licença de que trata o art. 203, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949.

4. Em face do exposto opinamos pela concessão de um ano de licença, para tratamento de saúde, com vencimentos integrais de acordo com o art. 162, alínea b, combinado com o art. 111, item V, do Estatuto dos Funcionários Públicos.

S. S., em 29 de março de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Moacir de Oliveira.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.025/55

Vertolino Schütz, Professor do Curso Normal Regional "Luiz Augusto Crespo", de Brusque, requer pagamento do salário-família dos meses de janeiro de 1949 a dezembro de 1953.

2. A vista das informações constantes deste processo, tem o requerente direito ao que pede.

3. Pelo relacionamento da quantia de Cr\$ 9.240,00, para oportuno pagamento.
S. S., em 29 de março de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Moacir de Oliveira.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.026/55

Sálvio Oliveira, ocupante do cargo de Consultor Técnico, padrão Z, do Quadro Único do Estado, com exercício no Departamento de Educação, requer elevação da porcentagem do adicional, de acordo com a Lei n. 281, de 27 de julho de 1949.

2. Segundo o cálculo procedido, o seu adicional deve ser elevado para 6% sobre Cr\$ 7.700,00, ou para Cr\$ 462,00 mensais, a partir de 30 de janeiro de 1954.

3. A quantia de Cr\$ 2.555,90 relativa ao exercício de 1954, deverá ser relacionada para oportuno pagamento.
S. S., em 29 de março de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Moacir de Oliveira.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.027/55

Paulo Sami, Capitão da Polícia Militar, requer contagem, pelo dobro, de um período de licença-prêmio, para efeito de transferência para a Reserva Remunerada.

2. Segundo informação de fls. do Major Chefe Interino do Estado Maior da referida corporação, tem o peticionário direito ao que pede, relativamente ao decênio compreendido entre 8 de novembro de 1944 e 8 de novembro de 1954.

3. Pelo deferimento.
S. S., em 29 de março de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Moacir de Oliveira.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.028/55

Nelson Silva, 1º sarg. Rádio-Telegrafista, servindo em Mafra, requer contagem, pelo dobro, de um período de licença-prêmio, para efeito de transferência para a Reserva Remunerada.

2. Informa o Major Chefe Interino do Estado Maior da referida corporação, ter o peticionário direito ao que pede, relativamente ao decênio compreendido entre 1º de julho de 1936 e 1º de julho de 1946.

3. Pelo deferimento.
S. S., em 29 de março de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Moacir de Oliveira.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.029/55

Napoléon Felipe de Almeida Pessoa, soldado da Polícia Militar, requer contagem, pelo dobro, de um período de licença-prêmio, para efeito de transferência para a Reserva Remunerada.

2. Informa o Major Chefe Interino do Estado Maior da referida corporação, ter o peticionário direito ao que pede, relativamente ao decênio compreendido entre 1º de julho de 1938 e 1º de julho de 1948.

3. Pelo deferimento.
S. S., em 29 de março de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Moacir de Oliveira.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.030/55

Conceição Machado Gomes, professora das Escolas Reunidas "Professor Noé Abati", de Tubarão, requer pagamento da diferença do seu adicional, referente aos meses de setembro a dezembro de 1953.

2. Informa a Contadoria Geral do Estado, que já está relacionada a favor da requerente a quantia de Cr\$ 42,00, dependendo seu pagamento de autorização da Assembleia Legislativa.

3. Pelo arquivamento.
S. S., em 29 de março de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Moacir de Oliveira.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.031/55

Dionysio Mondardo, escrivão de paz do distrito de Nova Veneza, município de Criciúma, requer aposentadoria.

2. Segundo o Parecer n. 999/55, desta Comissão, contava o requerente a 22 de março do corrente ano, 29 anos e 6 meses de serviços prestados ao Estado.

3. De acordo com o art. 98, § 3º, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949, conta o requerente 30 anos de serviços, podendo ser aposentado como determina o art. 198, da referida Lei.
4. Pelo deferimento.
S. S., em 29 de março de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Moacir de Oliveira.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.032/55

Maurílio Prats Fernandes, ocupante do cargo da classe N, da carreira de Fiscal da Fazenda requer pagamento de transporte e ajuda de custo.

2. Por ato datado de 13 de janeiro do corrente ano, o requerente foi removido da 6ª Zona Fiscal (Laguna) para a 8ª Zona, com sede em Biguaçu.
3. A distância a ser percorrida pelo funcionário removido é de 150 Kms. (Tabela Itinerária) cabendo, por consequente, o direito de indenização de transporte no montante de Cr\$ 1.200,00, além das passagens no valor de Cr\$ 240,00. Terá, igualmente, uma ajuda de custo de Cr\$ 120,00.
Pelo deferimento.
S. S., em 29 de março de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Moacir de Oliveira.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.033/55

Florindo Manoel da Silva, cabo da Polícia Militar, requer transferência para a Reserva Remunerada.

2. Informa o Major Chefe Interino do Estado Maior da referida Corporação, contar o requerente 24 anos, 8 meses e 15 dias de serviços prestados, incluídos 8 meses e 6 dias de férias não gozadas e um ano de licença-prêmio.
3. Tem direito ao que pede, de acordo com o artigo 48, alínea e, da Lei n.

1.057, de 11 de maio de 1954, combinado com o art. 175, § 2º, da Lei n. 663, de 24 de janeiro de 1952, com o provento mensal de Cr\$ 1.110,00.

S. S., em 5 de abril de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Hamilton J. Hildebrand, relator.
Alcides H. Ferreira.
Moacir de Oliveira.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.034/55

A Secretaria da Fazenda propõe seja contratado Valdemiro Borini na função de Contador-Auxiliar, com o salário mensal de Cr\$ 3.000,00.

2. Foram apresentados os documentos exigidos por Lei.
3. Nada temos a opor.
S. S., em 5 de abril de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Moacir de Oliveira.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.035/55

Djalma Marques Escaravaco, professor, com exercício no Grupo Escolar "Antônio João", de Içara, município de Criciúma, requer pagamento do salário-família dos meses de outubro a dezembro de 1954.

2. A vista das informações constantes deste processo, tem o requerente direito ao que pede.

3. Pelo relacionamento da quantia de Cr\$ 2.250,00, para oportuno pagamento.
S. S., em 5 de abril de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Moacir de Oliveira.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.036/55

Adília Nepomuceno Auerbach, professora auxiliar da escola de Matão, município de Canoinhas, requer pagamento do salário-família dos meses de março a dezembro de 1954.

2. A vista das informações constantes deste processo, tem a petiçãoária direito ao que pede.

3. Pelo relacionamento da quantia de Cr\$ 1.500,00, para oportuno pagamento.
S. S., em 5 de abril de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Moacir de Oliveira.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.037/55

Antônio Girassi, ocupante da função de Professor Complementarista, referência VII, com exercício nas Escolas Reunidas "Prof. Anita Brasileira", de Lourdes, município de Videira, requer concessão do adicional, de acordo com a Lei n. 281, de 27 de julho de 1949.

2. Segundo o cálculo procedido, o adicional a lhe ser concedido é de 5% sobre Cr\$ 1.020,00, ou de Cr\$ 51,00 mensais, a partir de 12 de outubro de 1954.

3. A quantia de Cr\$ 134,90 relativa ao exercício de 1954, deverá ser relacionada para oportuno pagamento.
S. S., em 5 de abril de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Moacir de Oliveira.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.038/55

Carlos Apolinário da Costa, 2º sargento da Polícia Militar, requer concessão do adicional, de acordo com a Lei n. 281, de 27 de julho de 1949.

2. Segundo o cálculo procedido, o adicional a lhe ser concedido é de 4% sobre Cr\$ 1.900,00 ou de Cr\$ 76,00 mensais, a partir de 21 de novembro de 1954.

3. A quantia de Cr\$ 101,00 relativa ao exercício de 1954, deverá ser relacionada para oportuno pagamento.

S. S., em 5 de abril de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Moacir de Oliveira.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.039/55

Manoel José da Silva, soldado da Polícia Militar, requer concessão do adicional, de acordo com a Lei n. 281, de 27 de julho de 1949.

2. Segundo o cálculo procedido, o adicional a lhe ser concedido é de 5% sobre Cr\$ 850,00 ou de Cr\$ 42,50 mensais, de 20 de agosto a 31 de dezembro de 1953 e, na mesma base sobre Cr\$ 1.100,00, ou de Cr\$ 55,00 mensais, de 1º de janeiro de 1954 em diante.

3. A quantia de Cr\$ 844,30 relativa aos exercícios de 1953 e 1954 deverá ser relacionada para oportuno pagamento.
S. S., em 5 de abril de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Moacir de Oliveira.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.040/55

Cora Batalha da Silveira, ocupante do cargo de Diretor, padrão V, da Escola Profissional Feminina, desta capital, requer elevação da porcentagem do adicional, de acordo com a Lei n. 281, de 27 de julho de 1949.

2. Segundo o cálculo procedido, o adicional a lhe ser concedido é de 12% sobre Cr\$ 4.200,00, ou para Cr\$ 504,00 mensais, a partir de 20 de janeiro de 1954.

3. A quantia de Cr\$ 1.434,80 relativa ao exercício de 1954, deverá ser relacionada para oportuno pagamento.
S. S., em 5 de abril de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Hamilton J. Hildebrand, relator.
Moacir de Oliveira.
Alcides H. Ferreira.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.041/55

Maria Flora de Sousa Pausewang, ocupante do cargo da classe M, da carreira de Diretor de Grupo Escolar, do Quadro Único do Estado, requer cancelamento de penalidade que lhe foi atribuída.

2. Informa a Consultoria Técnica do Departamento de Educação que "através de sua ficha funcional e da justificativa anexa ao processo, prova não haver dolo ou má fé no ato que motivou a suspensão".

3. Assim, somos pelo cancelamento da pena imposta à requerente, para todos os efeitos legais, salvo percepção dos vencimentos ou remuneração que lhe foram descontadas.

S. S., em 5 de abril de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Moacir de Oliveira.
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.042/55

Sylvia Hübbe Pereira, ocupante do cargo de Regente do Ensino Primário, padrão F, requer consideração do despacho que indeferiu seu pedido de licença-prêmio.

2. Em abono de sua pretensão, alega a requerente que a licença de 45 dias, constatada em suas folhas de assentamentos, concedida pela portaria n. 3.987, de 2-VII-52, não poderia prejudicar o direito de licença-prêmio, pois que se tratou de licença para gestante, conforme comprovam o ofício de fls. 4 e o atestado médico que instituiu o processo.

Houve, esclarece ainda a requerente, apenas equívoco no fundamento legal do ato que lhe concedeu a licença.

3. Devidamente apensado neste pro-

cesso, o requerimento da licença cuja classificação é impugnada, verificamos que, efetivamente, o atestado médico que o instruiu, recomenda a concessão de 45 dias de licença, em virtude de operação cesariana a que se submeteu a postulante.

A comunicação contida no ofício de fls. 4, da mesma forma, vem comprovar, inequivocamente, que a suplicante teria requerido licença como gestante e não para tratamento de saúde.

4. Assim, realmente houve o equívoco aludido pela requerente, ao se fundamentar o ato da licença.

E, em se tratando de erro administrativo, para o qual em nada contribuiu a requerente, entendemos ser de inteira justiça a correção do ato, afim de que não prejudique os direitos que a lei lhe assegura.

Deve, pois, ser retificada a portaria n. 3.987, de 2 de julho de 1952.

S. S., em 5 de abril de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Hamilton J. Hildebrand, relator.
Moacir de Oliveira.
Alcides H. Ferreira.
Aprovado.

(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.043/55

Mary Rebelo Souza, ocupante da função de Professor Auxiliar, requer efetividade, nos termos da Lei n. 820, de 30 de janeiro de 1953.

2. A requerente comprova através da certidão de fls. 2, que prestou serviços ao magistério público do município de Camboriú, no período que vai de 30/7/943 a 1/6/946.

3. Tendo sido admitida no serviço público estadual em 26/9/946, possui tempo superior a 10 anos no magistério público, cabendo-lhe, por isso mesmo, direito ao benefícios instituídos pela Lei n. 820.

4. Somos pelo deferimento do pedido, devendo, entretanto, ser previamente averbado no Tesouro do Estado e registrada nos assentamentos individuais da requerente, o tempo de serviço prestado ao município de Camboriú.

S. S., em 5 de abril de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Hamilton J. Hildebrand, relator.
Moacir de Oliveira.
Alcides H. Ferreira.
Aprovado.
(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.044/55

Emídio de Azevedo Trilha, Promotor Público da comarca de Lajes, requer seis meses de licença-prêmio.

2. Conta o requerente, segundo informação de fls., o decênio compreendido entre 21 de outubro de 1941 a 21 de outubro de 1951, sem irregularidades.

3. Pelo deferimento.
S. S., em 5 de abril de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Moacir de Oliveira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Alcides H. Ferreira.
Aprovado.
(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.046/55

Requer Maria Madalena de Moura Ferro, ocupante do cargo de Lente, padrão S, do Instituto de Educação "Dias Velho", nesta capital, seis meses de licença-prêmio.

2. Conta a requerente, segundo informação de fls., o decênio compreendido entre 1º de março de 1943 e 1º de março de 1955, sem irregularidades.

3. Pelo deferimento.
S. S., em 5 de abril de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Moacir de Oliveira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Alcides H. Ferreira.
Aprovado.
(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.047/55

Targino José Cardoso, cabo da Polícia Militar, destacado em Mafra, requer contagem, pelo dobro, de um período de li-

cença-prêmio, para efeito de transferência para a Reserva Remunerada.

2. Informa o Major Chefe Interino do Estado Maior da referida corporação, que tem o petiçãoário direito ao que pede, relativamente ao decênio compreendido entre 1º de dezembro de 1937 e 1º de dezembro de 1947.

3. Pelo deferimento.
S. S., em 5 de abril de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Moacir de Oliveira.
Aprovado.
(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.048/55

Ayres Gama Ferreira de Melo, tendo sido nomeado para exercer, interinamente, o cargo de Promotor Público da comarca de Indaial, requer pagamento de um mês de vencimentos para ocorrer despesas de primeiro estabelecimento, nos termos do artigo 80, da Lei n. 733, de 9-9-52.

2. A Secretaria do Ministério Público, ouvida acerca do requerido, manifesta-se contrariamente ao deferimento, por considerar inaplicável aos interinos, as determinações dos artigos 71 e seguintes da Lei n. 733.

A Sub-diretoria da Despesa do Tesouro do Estado, entretanto, entende diferentemente, opinando mesmo pelo provimento do pedido, em face do que preceitua o artigo 80, da Lei Orgânica do Ministério Público.

3. O dispositivo legal invocado pelo postulante, artigo 80, da Lei n. 733, em torno do qual o Tesouro do Estado fundamenta sua opinião, dispõe textualmente:

"Em caso de nomeação, o representante do Ministério Público, assim que assumir o exercício de suas funções receberá, para as despesas de primeiro estabelecimento, um mês de vencimentos do respectivo cargo, sem direito a transporte".

Temos, pois, claramente definida pela lei a instituição do benefício do pagamento de um mês de vencimentos para ocorrer despesas de primeira instalação.

4. O ponto controvertido, entretanto, é a aplicabilidade do mesmo benefício aos que foram investidos, em caráter interino, nas funções de representante do Ministério Público.

Ao que se nos afigura, o artigo 80, acima transcrito, não restringe o direito ao benefício que institui, exclusivamente aos casos de nomeação efetiva.

O dispositivo determina, apenas, que em caso de nomeação, o representante do Ministério Público, terá assegurado o direito àquelas vantagens.

Ora, devidamente consagrados pelas normas gerais de direito administrativo, existem várias modalidades de nomeação: em caráter efetivo, interinamente, em substituição ou em comissão.

Assim, se o próprio dispositivo de lei que institui o benefício não faz restrição alguma a qualquer das modalidades de nomeações, não será lícito excluir a hipótese aquelas que forem investidos interinamente no cargo.

A estes, somente, se poderia restringir, caso a lei não o fizesse especialmente, de direitos assegurados aos efetivos, que lhes seriam inaplicáveis em razão da sua condição de interinos, tais, como estabilidade, aposentadoria, etc.

5. Por isso mesmo, entendemos, estar o requerente amparado, em sua pretensão, pelo artigo 80, da Lei n. 733.

Assim, somos pelo deferimento do pedido, devendo, entretanto, a importância a que faz jus o requerente ser relacionada para abertura de crédito especial, por se tratar de despesa referente a exercício findo.
S. S., em 5 de abril de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Hamilton J. Hildebrand, relator.
Moacir de Oliveira.
Alcides H. Ferreira.
Aprovado.
(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.049/55

Alípio Ribas, ocupante da função de

Guarda-Fiscal, referência XII, tendo mais de 30 anos de serviço público, requer aposentadoria, nos termos do artigo 198, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949.

2. Não consta dos registros individuais do requerente o tempo de serviço público prestado no período de julho de 1924 a agosto de 1926, como Oficial de Registro Civil, da comarca de Porto União (certidão de fls. 5).

Assim, opinamos pela prévia averbação desse tempo de serviço.
S. S., em 12 de abril de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Hamilton J. Hildebrand, relator.
Moacir de Oliveira.
Alcides H. Ferreira.
Aprovado.
(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.050/55

A Diretoria de Terras e Colonização encaminhou a esta Comissão o pedido de rescisão do contrato assinado pelo sr. Alexandre Vereguine, que exercia função de Intérprete e Tradutor.

2. Nada temos a opor.
S. S., em 12 de abril de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Moacir de Oliveira.
Aprovado.
(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.052/55

Jaime Mendes, ocupante do cargo da classe Q, da carreira de Fiscal de Fazenda, do Quadro Único do Estado, com exercício na 1ª Zona Fiscal, sediada em Florianópolis, requer seis meses de licença-prêmio.

2. Conta o requerente, segundo informação de fls. 3, o decênio compreendido entre 8 de novembro de 1941 e 8 de novembro de 1951, sem irregularidades.

3. Pelo deferimento.
S. S., em 12 de abril de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Moacir de Oliveira.
Aprovado. Em 13-4-55.
(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.054/55

Haidée Mambrini, ocupante do cargo da classe K, da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado, com exercício no Grupo Escolar "Dias Velho", desta capital, requer fique constando da sua ficha funcional o tempo de serviço prestado no magistério particular.

2. Segundo a certidão de fls. 2, lecionou a requerente no Grupo Escolar Arquidiocesano "São José", desta capital, no período de 15 de fevereiro de 1932 a 15 de dezembro de 1933, ou seja, durante 654 dias.

3. A Inspeção de Escolas Particulares Nacionalização do Ensino opina favoravelmente à contagem do referido tempo de serviço, de acordo com o disposto no art. 100, alínea f, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949.

4. Em face do exposto, opinamos fique constando da sua ficha funcional o tempo de serviço a que se refere a presente petição, com a observação de que o aludido tempo de serviço será computado de acordo com a lei em vigor na época em que a interessada requerer a sua aposentadoria.
S. S., em 12 de abril de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Hamilton J. Hildebrand, relator.
Moacir de Oliveira.
Alcides H. Ferreira.
Aprovado.
(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.055/55

Requer Sueli Machado Cechinel, ocupante da classe H, da carreira extinta de Continuo, do Quadro Único do Estado, com exercício no Grupo Escolar "Prof. Padre Schuler", em Cocal, município de Urussanga, o gozo, em período trimestral, da licença-prêmio.

2. Foi-lhe esta concedida pela Por-

taria n. 594, de 10 de agosto de 1954, por seis meses, correspondente ao decênio 1943-1953.

3. De 1º de setembro a 1º de dezembro de 1954, gozou o primeiro período.

4. Cabe-lhe assim direito de fruir o segundo semestre durante o corrente ano letivo, observado o disposto no Estatuto e no Dec. 449, de 31-3-949.

Assim, pelo deferimento.
S. S., em 12 de abril de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Moacir de Oliveira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Alcides H. Ferreira.
Aprovado.
(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.056/55

Romeu Egoroff engenheiro civil, contratado da Diretoria de Obras Públicas, requer a rescisão do contrato assinado em 13 de abril de 1954, pedindo a dispensa das obrigações constantes da cláusula VIII do referido contrato.

2. Pelo deferimento.
S. S., em 12 de abril de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Moacir de Oliveira.
Aprovado.
(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.057/55

Requer Djalma Ferrari, contratado do D.E.E. na função de operador de máquinas Hollerith, elevação de salário de Cr\$ 3.000,00, para Cr\$ 4.000,00 mensais.

2. Pronuncia-se a Direção do Departamento favoravelmente, tendo em vista a especialidade técnica que exerce o requerente.

3. Nada temos a opor.
S. S., em 12 de abril de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Moacir de Oliveira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Alcides H. Ferreira.
Aprovado.
(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.058/55

Requer Manoel Joaquim Bastos, Atendente classe J, lotado na Secretaria da Segurança Pública do Estado, elevação de adicional.

2. De sua ficha funcional consta tempo de exercício necessário para fazer jus ao que pleiteia.

3. De acordo com os cálculos processados pelo Tesouro, cabe-lhe, no período entre 1-11-51 a 30-11-53, o adicional de 10% sobre Cr\$ 1.300,00, ou sejam Cr\$ 130,00 mensais; a partir de 1-12-53, o adicional de 8% sobre Cr\$ 1.750,00, ou sejam Cr\$ 140,00 mensais.

4. Deverá ser relacionada, para oportuno pagamento, a quantia de Cr\$ 2.535,00 (dois mil, quinhentos e trinta e cinco cruzeiros) relativa à diferença de adicional verificada no período de 1-11-51 a dezembro de 1954.

5. Pelo deferimento.
S. S., em 12 de abril de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Moacir de Oliveira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Alcides H. Ferreira.
Aprovado.
(as.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 1.059/55

Artur Lopes da Silveira Pinto, requer rescisão do contrato firmado em 12 de fevereiro do corrente ano, para Médico do Posto de Saúde de Guarimirim.

2. Pelo deferimento.
S. S., em 12 de abril de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Hamilton J. Hildebrand.
Moacir de Oliveira.
Aprovado.
(as.) Irineu Bornhausen.

"CORESA" COMERCIO E REPRESENTAÇÕES S. A. (em organização)

Ata da assembleia geral preparatória

Aos vinte e um dias do mês de março de mil novecentos e cinquenta e cinco, às catorze (14) horas, no escritório da firma Comércio e Indústria Walter Schmidt S. A., à rua 15 de Novembro n. 1.495, nesta cidade de Blumenau, reuniram-se em primeira convocação, subscritores do capital da sociedade anônima "Coresa" Comércio e Representações S. A., em organização, representando a totalidade do capital social subscrito, conforme se verificou de suas assinaturas na lista de presença, conferida esta como o boletim de subscrição. Assumiu a presidência, por aclamação, o fundador sr. Rudi Nebelung, o qual escolheu para secretário o subscritor sr. Curt Boehme. Constituída, assim, a mesa, o sr. presidente declarou instalada a assembleia. Procedeu-se, em seguida, por determinação do sr. presidente, à leitura do anúncio de convocação desta assembleia, publicado no "Diário Oficial" do Estado de Santa Catarina, em suas edições números 5.328, 5.329 e 5.330, respectivamente de 11, 14 e 15 de março do ano corrente, e no jornal local "A Nação", em suas edições números 56, 57 e 58, respectivamente de 10, 11 e 12 de março do ano em curso, anúncio esse que é do seguinte teor: "Coresa" Comércio e Representações S. A. (em organização) — Aviso aos subscritores — Assembleia preliminar de constituição. Ficam convidados os senhores acionistas do capital social da "Coresa" Comércio e Representações S. A., em organização, para se reunirem em assembleia geral, no próximo dia 21 de março, às 14 horas, no escritório da firma em organização, à rua 15 de Novembro n. 1.495, 3º andar, nesta cidade de Blumenau, afim de, na forma do artigo 5º do Decreto-Lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, nomearem os peritos que procederão a avaliação dos bens com que será realizada parte do capital subscrito. Blumenau, 8 de março de 1955. Rudi Nebelung, Frieda Nebelung, Friedrich J. G. Fischer, fundadores". Concluída a leitura do edital de convocação, pelo sr. presidente foi mandado de que eu, secretário, também procedesse à leitura do letim de subscrição, cujos termos são os seguintes: "Coresa" Comércio e Representações S. A. — Lista de subscrição das 6.000 (seis mil) ações de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) cada uma, em que se divide o capital social da "Coresa" Comércio e Representações S. A., a ser constituída na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, Brasil, N. de ordem. Subscritores. Nacionalidade. Estado civil. Profissão. Residência. Número de ações subscritas. Importância a integralizar. Forma de realização. 1. Frieda Nebelung, brasileira, casada, doméstica, Blumenau, 5.640, Cr\$ 5.640.000,00, em bens; 2. Rudi Nebelung, alemão, casado, comerciante, Blumenau, 350, Cr\$ 350.000,00, em bens; 3. Friedrich J. G. Fischer, alemão, casado, comerciante, Blumenau, 2, Cr\$ 2.000,00, em dinheiro; 4. Hermann Wuerz, alemão, casado, comerciante, Blumenau, 2, Cr\$ 2.000,00, em dinheiro; 5. Hans Heinrich, alemão, casado, engenheiro, Blumenau, 2, Cr\$ 2.000,00, em dinheiro; 6. Curt Boehme, brasileiro, casado, comerciante, Blumenau, 2, Cr\$ 2.000,00, em dinheiro; 7. Heinz Riebau, brasileiro, casado, comerciante, Blumenau, 2, Cr\$ 2.000,00, em dinheiro. Os fundadores: Frieda Nebelung, Rudi Nebelung, Friedrich J. G. Fischer. Retomando a palavra, o sr. presidente deu amplas explicações sobre a finalidade da sociedade a ser constituída, dizendo mais, que, havendo bens imóveis com que se pretende rellizar parte do capital subscrito da sociedade em organização, cujo objeto será o comércio em geral, representações, importação e exportação, comissões e consignações, o sr. presidente fez ver ainda à assembleia que, consoante os artigos 5º, § 1º e 45, § 4º, do Decreto-Lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, deveria ser feita, preliminarmente, a avaliação dos bens, pelo que deveria

a assembleia preparatória nomear três peritos para o ato. Por unanimidade de votos, foram escolhidos os srs. Ulmer Laffront, corretor, Arthur Fouquet, contador, e Richard Kaulich, arquiteto-construtor, os dois primeiros brasileiros, o terceiro de nacionalidade alemã, todos residentes nesta cidade de Blumenau. Novamente com a palavra o sr. presidente declarou que iria tomar as providências para a realização da pericia, para, em seguida, os subscritores serem convocados, duas horas após, para a assembleia geral de constituição definitiva da sociedade. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual foi feita dor mim, secretário, em três vias dactilografadas, e, reaberta a sessão, foi a mesma lida e achada conforme, indo assinada por todos os acionistas presentes.

Assinaturas na seguinte ordem:

Rudi Nebelung, Frieda Nebelung, Friedrich J. G. Fischer, Hermann Wuerz, Hans Heinrich, Heinz Riebau e Curt Boehme.

1ª Coletoria Federal de Blumenau. Foi pago na 1ª via, o selo proporcional de Cr\$ 36.001,50, inclusive a taxa de Educação e Saúde Protocolo n. 276 livro 4. Em. 6-12-55. O coletor: Assinatura ilegível.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DA "CORESA" COMERCIO E REPRESENTAÇÕES S. A.

Aos vinte e um dias do mês de março de mil novecentos e cinquenta e cinco, às dezesseis (16) horas, nesta cidade de Blumenau, no escritório da firma Comércio e Indústria Walter Schmidt S. A., à rua 15 de Novembro n. 1.495, reuniram-se em primeira convocação os subscritores do capital da sociedade "Coresa" Comércio e Representações S. A., em virtude de convocação regularmente feita e publicada na imprensa, para a constituição definitiva desta sociedade, representando a totalidade do capital subscrito, conforme se verifica de suas assinaturas lançadas na lista de presença. Por escolha unânime dos presentes foi convidado para presidir a assembleia o fundador sr. Rudi Nebelung, que assumindo a direção dos trabalhos, agradeceu a sua indicação e escolheu para secretário o subscritor sr. Curt Boehme. Constituída a mesa, o sr. presidente declarou instalada a assembleia e solicitou a mim, secretário, para que procedesse à leitura do edital de convocação desta assembleia, publicado no "Diário Oficial" do Estado de Santa Catarina, em suas edições números 5.328, 5.329 e 5.330, respectivamente de 11, 14 e 15 de março do ano corrente, e no jornal local "A Nação", em suas edições números 56, 57 e 58, respectivamente de 10, 11 e 12 de março do ano em curso, anúncio esse que foi lido e que é do seguinte teor: "Coresa" Comércio e Representações S. A. — Assembleia geral de constituição definitiva. Convocamos os senhores acionistas do capital social da "Coresa" Comércio e Representações S. A., em organização, para se reunirem em assembleia geral no dia 21 de março do corrente ano, às 15 horas, no escritório da firma em organização, à rua 15 de Novembro n. 1.495, 3º andar, nesta cidade de Blumenau, para tratarem da seguinte ordem do dia: 1º — Discutir e deliberar sobre o laudo de avaliação dos bens com que será realizada parte do capital social. 2º — Discutir e deliberar sobre o projeto dos estatutos. 3º — Eleição da primeira diretoria e fixação de seus honorários. 4º — Eleição dos membros do conselho fiscal e seus suplentes e fixação de seus honorários. Blumenau, 8 de março de 1955. Rudi Nebelung, Frieda Nebelung, Friedrich J. G. Fischer, fundadores". Em seguida, foi dito pelo sr. presidente que o fim da presente reunião era o da constituição definitiva da sociedade anônima "Coresa" Comércio e Representações S. A., para explorar o ramo de comércio em geral, representações, importação e exportação, comissões e consignações. Informou, ainda o sr. presidente, que os peritos nomeados na assembleia geral preparatória, realizada nesta data, para procederem à avaliação

dos bens oferecidos como subscrição de parte do capital, se encontravam presentes, tendo apresentado o respectivo laudo, a cuja leitura procedeu o secretário e que é do teor seguinte: "Laudo de avaliação — Ulmer Laffront, corretor, Arthur Fouquet, contador, carteira n. 0.475, e Richard Kaulich, arquiteto-construtor, carteira n. 503, os dois primeiros brasileiros e o terceiro de nacionalidade alemã, todos casados, domiciliados e residentes nesta cidade de Blumenau, peritos, nomeados pela assembleia geral preliminar de constituição dos subscritores da sociedade anônima "Coresa" Comércio e Representações S. A., realizada em 21 de março de 1955, para proceder à avaliação dos bens oferecidos pelos fundadores srs. d. Frieda Nebelung e Rudi Nebelung como integralização de parte do capital social, por eles subscrito, vem apresentar, em conjunto, o laudo de avaliação que se segue: 1) Um terreno sito nesta cidade, à rua 15 de Novembro n. 1.495, contendo a área de 2.842 metros quadrados, com 24,80 metros de frente, extremado, nos fundos, com 23,80 metros, com a rua Getúlio Vargas, registrado no Registro de Imóveis desta comarca, 1º Ofício, sob número 43.274, com edifício de construção sólida, parte com dois e parte com três andares, um depósito com três andares e porão, construído de madeira, três galpões abertos e uma pequena casa de moradia, de propriedade de Frieda Nebelung, avaliado, tudo junto, em Cr\$ 5.640.000,00 (cinco milhões e seiscentos e quarenta mil cruzeiros); 2) Um terreno sito nesta cidade, no bico Flores Filho, contendo a área de 440 metros quadrados, fazendo frente com 40 metros com o dito bico, extremado, nos fundos, com 40 metros, com terras de Frieda Nebelung, por um lado, com 11 metros com terras de Gert Felix Steinbach, e, por outro lado, também com 11 metros, com terras de Alberto Dietrichkeit, registrado no Registro de Imóveis desta comarca, sob n. 43.275, avaliado em Cr\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros), de propriedade do sr. Rudi Nebelung. Tem o nosso parecer que assinamos sem discordância, para os devidos fins e efeitos. Blumenau, 21 de março de 1955. Ulmer Laffront, Arthur Fouquet, Richard Kaulich". Depois de examinado e discutido pelos presentes, o sr. presidente pôs em votação e sobre o laudo de avaliação, dando a palavra a qualquer dos subscritores presentes, para se pronunciar sobre o mesmo, tendo o subscritor sr. Friedrich J. G. Fischer pedido a palavra para declarar que estava de pleno acordo com o laudo apresentado por ter sido feito com o devido critério, declaração esta que foi recebida com geral agrado, pela assembleia, declarando o sr. presidente em seguida que os subscritores que a aprovassem e consequentemente, aprovassem o laudo, se levantassem, o que por todos foi feito, tendo assim o laudo de avaliação sido aprovado por unanimidade de votos, deixando de votar os subscritores Frieda Nebelung e Rudi Nebelung, por serem interessados no assunto, como proprietários dos bens avaliados. Ato contínuo, o sr. presidente declarou que se encontrava sobre a mesa, de acordo com o artigo 45 parágrafo primeiro, do Decreto-Lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, o projeto dos estatutos sociais, assinado por todos os subscritores, e que ia submeter o mesmo projeto à aprovação da assembleia, tendo, para esse fim, determinado a sua leitura, que foi feita pelo secretário, pausadamente, em voz alta, artigo por artigo. Após a leitura, pediu o sr. presidente que a assembleia se manifestasse sobre o projeto, que aliás já era do conhecimento de todos os presentes, que já o haviam assinado, e, como ninguém houvesse pedido a palavra, para fazer qualquer restrição, submeteu o mesmo à aprovação da assembleia, sugerindo que todos os que o aprovassem se levantassem, o que por todos foi feito, tendo, assim, sido o mencionado projeto dos estatutos aprovado unanimemente. Em seguida, o sr. presidente mandou que fossem por mim, secretário, lidos os seguintes documentos: prova do depósito da décima parte do capital subscrito em dinheiro,

feito no Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S. A., nesta cidade; lista dos subscritores das ações, devidamente autenticada, leituras estas que foram feitas em voz alta, tendo estes documentos sido exibidos à assembleia. Novamente com a palavra, o sr. presidente declarou definitivamente constituída a "Coresa" Comércio e Representações S. A., dizendo que a assembleia deveria eleger a primeira diretoria da sociedade. Pedindo a palavra o subscritor sr. Hermann Wuerz, indicou os nomes da sra. d. Frieda Nebelung e do sr. Rudi Nebelung, aquela brasileira e este de nacionalidade alemã, residentes nesta cidade de Blumenau, para ocuparem os cargos de diretor-presidente e diretor-gerente, respectivamente, tendo todos os presentes se levantado e, por meio de palmas e aclamações, aprovando e indicação feita pelo subscritor sr. Hermann Wuerz. Estando presentes os diretores eleitos, foram os mesmos desde logo empossados nos cargos respectivos, prestando a caução prevista nos estatutos sociais. Ainda por proposta do subscritor sr. Hermann Wuerz, foram fixados os honorários mensais em Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) e Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) para o diretor-presidente e diretor-gerente, respectivamente. Pelo subscritor sr. Curt Boehme foi dito então que, a exemplo da eleição da diretoria, por aclamação, fosse também feita a eleição do conselho fiscal, indicando para membros efetivos do mesmo os srs. Delino Miguel, Adolfo Sutter e Hartwig Rischbieter, e para membros suplentes os srs. Antônio Kucker, Armi Baumgart e Willy Sievert, todos residentes e domiciliados nesta cidade de Blumenau. A proposta foi aprovada unanimemente pela assembleia, por meio de palmas e aclamações. Deliberou-se em seguida por unanimidade de votos, que se fixasse a remuneração de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) para cada membro do conselho fiscal, por sessão e que comparecer. Deliberou mais a assembleia que ficasse a diretoria investida de todos os poderes necessários à regularização da sociedade, para imediato início de suas atividades. Nada mais havendo a tratar e nenhum dos presentes tendo pedido a palavra, o sr. presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual foi feita por mim, secretário, em três vias dactilografadas, e, reaberta a sessão, foi a mesma lida e achada conforme, indo assinada por todos os acionistas presentes.

Assinaturas na seguinte ordem:

Rudi Nebelung, Frieda Nebelung, Friedrich J. G. Fischer, Hermann Wuerz, Hans Heinrich, Heinz Riebau e Curt Boehme.

"CORESA" COMERCIO E REPRESENTAÇÕES S. A.

CAPITULO I

Da denominação, sede, fins e duração

Art. 1º — Sob a denominação "Coresa" Comércio e Representações S. A., fica constituída uma sociedade anônima, reida por estes estatutos e pela legislação em vigor.

Art. 2º — A sociedade tem a sua sede no foro na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, podendo abrir filiais em qualquer parte do território nacional, a critério da diretoria.

Art. 3º — Associação tem por objeto o comércio em geral, representações, importação e exportação, comissões e consignações.

Art. 4º — O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CAPITULO II

Do capital social e das ações

Art. 5º — O capital social é de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), dividido em 6.000 (seis mil) ações de valor nominal de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) cada uma, ordinárias, ao portador, todo é realizado e integralizado. Parágrafo único — As ações serão indivisíveis perante a sociedade e a cada uma correspondente um voto nas assembleias.

Art. 6º — Os títulos de ações, quer singulares, quer múltiplos, poderão ser assinados pelos dois diretores isoladamente.

Art. 7º — No caso de aumento do capital os acionistas terão preferência para a subscrição das novas ações, na proporção das que possuírem.

CAPÍTULO III Da administração

Art. 8º — A sociedade será administrada por uma diretoria constituída de um diretor-presidente e um diretor-gerente, ambos residentes no país, acionistas ou não, eleitos pela assembleia geral, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

Art. 9º — Cada diretor caucionará a sua gestão com 100 (cem) ações da sociedade, próprias ou alheias, que só poderão ser levantadas ou alienadas depois de aprovadas pela assembleia geral as contas relativas ao último ano de sua gestão.

Art. 10 — Os diretores serão investidos de suas funções pela mesma assembleia que os elegeu.

Art. 11 — No caso de vaga, o conselho fiscal designará o substituto, o qual servirá até a realização da primeira assembleia geral da sociedade, quando então será eleito o substituto definitivo.

Art. 12 — A diretoria tem as atribuições e os poderes que a Lei e os presentes estatutos lhe conferem para, por qualquer dos seus membros, assegurar o pleno funcionamento da sociedade.

Art. 13 — Cada diretor fica investido dos mais amplos e gerais poderes para a prática de todos e quaisquer atos e operações relativas aos fins da sociedade.

Art. 14 — Poderão os diretores, nos limites de suas atribuições e poderes, constituir, em nome da sociedade, procuradores ou mandatários, especificados nos instrumentos os poderes de que os mesmos forem investidos.

Parágrafo único — As procurações de que trata este artigo poderão ser outorgadas por um só diretor.

Art. 15 — Os diretores permanecerão no exercício de seus cargos até que os seus sucessores tomarem posse.

Parágrafo único — Na falta ou impedimento de um diretor, as suas funções serão exercidas pelo outro diretor.

Art. 16 — Os diretores terão remuneração fixada pela assembleia geral.

CAPÍTULO IV

Do conselho fiscal

Art. 17 — O conselho fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e de 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela assembleia geral ordinária.

§ 1º — A remuneração do conselho fiscal será fixada pela assembleia que o elegeu.

§ 2º — O conselho fiscal tem as atribuições e poderes que a Lei lhe confere.

CAPÍTULO V

Das assembleias gerais

Art. 18 — A assembleia geral será ordinária ou extraordinária.

§ 1º — A ordinária reunir-se-á dentro dos quatro primeiros meses de cada ano para tomar conhecimento do relatório de diretoria sobre o último balanço do exercício social, suas contas e sugestões acompanhadas do parecer do conselho fiscal, proceder eleições e deliberar sobre todas as medidas indispensáveis à vida da sociedade.

§ 2º — A extraordinária reunir-se-á tantas vezes quantas forem convocadas pela diretoria, pelo conselho fiscal ou por acionistas que representem mais de um quinto do capital social.

§ 3º — Compete ao diretor-presidente convocar e presidir as assembleias gerais, competência que também é dada ao diretor-gerente.

§ 4º — Os anúncios de convocação se-

INDÚSTRIAS DE MADEIRAS MAFRA S. A.

Ata da assembleia geral ordinária

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e cinquenta e cinco, às quatorze horas, na sede social, a rua Marechal Deodoro da Fonseca n. 154, nesta cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina, convocados por editais publicados no "Diário Oficial do Estado" nos dias 8, 9 e 10 do corrente mês, respectivamente, compareceram os acionistas, srs. Ernesto Wassmansdorff, Guilherme Wassmansdorff, Guilherme Valério, Edmundo Evers, Paulo Ehrhardt Júnior, Carlos von Linsingen, Antônio Narloch, Ernesto Czerniewicz, Edemar Evers e Hans A. Schmalz, este último representado por seu bastante procurador, sr. Edmundo Evers, conforme instrumento de

procuração passado em Joinville, neste Estado, no tabelionato de Darcy Schroeder Cubas, no livro 27 folhas 38, verso, que apresentou a mesa, representando assim mais de dois terços (2/3) do capital social com direito de voto, conforme se verifica das assinaturas de fls. 18 do livro "presença dos acionistas". Assumiram as funções de presidente e secretário, os titulares dos cargos, sr. Ernesto Wassmansdorff e eu Carlos von Linsingen, tendo em seguida o sr. presidente declarado instalada a assembleia geral e aberta a sessão, pelo que pediu a mim secretário, fosse inicialmente lido o edital de convocação de acionistas, o que fiz, e vai a seguir transcrita: "Indústrias de Madeiras Mafra S. A. Assembleia geral ordinária. Edital. Pelo presente edital ficam os senhores acionistas convocados para a assembleia geral ordinária a realizar-se no dia 26 de fevereiro de 1955, às 14 horas na sede social desta sociedade, à rua Marechal Deodoro da Fonseca n. 154, nesta cidade de Mafra, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1º — Apresentação do balanço geral; 2º — Eleição do conselho fiscal e seus suplentes; 3º — Assuntos de interesse da Sociedade, Mafra, 26 de janeiro de 1955. Ernesto Wassmansdorff, diretor-presidente. Edemar Evers, diretor-gerente". Dando início a execução da "ordem do dia" disse o sr. presidente que se achavam em discussão os documentos relativos ao item 1º, a saber: Balanço geral; demonstrativo da conta lucros e perdas, bem como outros papéis elucidativos que se achavam sobre a mesa, após a sua publicação legal, e que pedissem fossem examinados à vontade. Examinados os documentos pelos srs. acionistas, foram em seguida por mim detalhadamente lidos, e esclarecidos pelo sr. Edemar Evers, diretor-gerente, as consultas formuladas pelo acionista Antônio Narloch. Pediu a palavra o acionista Guilherme Wassmansdorff; concedida, manifestou seus pontos de vista sobre o balanço geral, encerrado em 31 de dezembro de 1954, sugerindo que fosse modificada e transferida para dividendos a importância de Cr\$ 2.394.000,00, que constam em diversos fundos. Submetido o assunto à votação, observadas as abstenções legais, foi o balanço geral aprovado por unanimidade, exceto a distribuição dos lucros, que foram aprovados também por unanimidade, pela forma sugerida pelo acionista Guilherme Wassmansdorff, ficando portanto deliberado que além dos dividendos previstos no referido balanço geral, sejam também distribuídos como dividendos, as seguintes parcelas: Fundo de reserva especial, Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros); fundo para obra de pagamento de impostos, Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros); Fundo de reconstrução Cr\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil cruzeiros) e do fundo de beneficência a importância de Cr\$ 14.000,00 (quatorze mil cruzeiros). Prosseguindo — passou-se ao item 2º da "ordem do dia" eleição do conselho fiscal e seus suplentes. Procedida a votação, verificou-se terem sido reeleitos os srs. Guilherme Valério, Paulo Ehrhardt Júnior, Hans A. Schmalz, Antônio Narloch, Ernesto Czerniewicz e dr. Manoel Tomaz Pereira, sendo os três primeiros para membros efetivos e os últimos como suplentes, os quais foram empossados nos seus respectivos cargos. Passando ao terceiro e último item da "ordem do dia", declarou o sr. presidente que franqueava a palavra a quem dela quisesse fazer uso, em assuntos de interesse da Sociedade. Como ninguém quisesse fazer uso da palavra, o sr. presidente declarou suspensa a sessão, pelo tempo necessário à redação da presente ata. Reaberta a sessão pelo sr. presidente, foi a ata lida, discutida e aprovada, por unanimidade e val assinada pelos acionistas presentes, Mafra, 26 de fevereiro de 1955. (Ass.) Carlos von Linsingen, Ernesto Wassmansdorff, Guilherme Valério, Edmundo Evers, Guilherme Wassmansdorff, Paulo Ehrhardt Júnior, Antônio Narloch, Ernesto Czerniewicz, Edemar Evers, pp. de Hans A. Schmalz — Edmundo Evers. Declaramos que esta é cópia autêntica da ata da assem-

bleia publicada como determina a Lei, deles constando a ordem do dia, ainda que sumariamente, bem como o dia, hora e local da reunião.

§ 5º — As deliberações das assembleias serão somente sobre os assuntos constantes da ordem do dia, e obedecerão os dispositivos legais sobre o número de acionistas para cada caso.

CAPÍTULO VI

Do exercício social, balanço e distribuição de lucros

Art. 19 — O exercício social coincidirá com o ano civil.

Art. 20 — Do lucro líquido apurado, feitos as necessárias depreciações, deduzir-se-ão 5% (cinco por cento) para a constituição do fundo de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. O saldo verificado depois dessa dedução terá o destino que lhe der a assembleia geral dos acionistas.

CAPÍTULO VII

Disposições legais

Art. 21 — A sociedade entrará em liquidação nos casos legais.

Parágrafo único — Compete à assembleia geral estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e o conselho fiscal que deverá funcionar no período da liquidação.

Art. 22 — Nos casos omissos, aplicar-se-á a legislação das sociedades anônimas.

CAPÍTULO VIII

Disposições transitórias

Art. 23 — O mandato da diretoria que for eleita pela assembleia geral de constituição, terminará com a realização da assembleia geral ordinária do ano de mil novecentos e cinquenta e oito.

Frieda Nebelung.
Rudi Nebelung.
Friedrich J. G. Fischer.
Hermann Wuerz.
Hans Heinrich.
Heinz Riebau.
Curt Boehme.

1ª Coletoria Federal de Blumenau.

Foi pago na 1ª via o selo proporcional de Cr\$ 36.001,50, inclusive a taxa de Educação e Saúde.

Protocolo n. 276 livro 4.

Em, 6-4-1955.

O coletor: Assinatura ilegível.

Regs. sob n. 15.457 a fls. do livro n. 10-I de Registro Público do Comércio, por despacho da Junta, em sessão de hoje. Pagou na 1ª via Cr\$ 101,50 de selos federais e Cr\$ 18,50 estaduais por estampilhas.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 11 de abril de 1955.

O secretário: Eduardo Nicolich.

A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 11 de abril de 1955.

Eduardo Nicolich, secretário.

(1661)

DIRETORIA DE CAÇA E PESCA

Edital

1. Por denúncia apresentada pelo sr. Capataz da Capitania dos Portos em Porto Belo, teve ciência a Diretoria de Caça e Pesca, da infração cometida pelo mestre do barco de pesca "Prudente", ao artigo 15, letra D, do Decreto-lei n. 794, de 19-10-38.

2. Lavrado o competente auto de infração ex-offício e citado o infrator não se defendeu no prazo legal (art. 13, Decreto-lei n. 1.631, de 27-9-39).

3. A infração está perfeitamente caracterizada, conforme notificação enviada a esta Diretoria.

4. Não consta ser o infrator reincidente.

A vista do exposto aplico ao mestre do barco de pesca "Prudente" com fundamento no art. 8º, parágrafo único, do Decreto-lei n. 1.631, de 27-9-39, combinado com o art. 15, § 1º, do Decreto-lei n. 794, de 19-10-38, a multa de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros). Publique-se e guarde-se o prazo para recurso, findo o qual voltem os autos.

Edital

1. Por denúncia apresentada pelo sr. Capataz da Capitania dos Portos em Porto Belo, teve ciência a Diretoria de Caça e Pesca, da infração cometida pelo mestre do barco de pesca "Pioneiro" ao artigo 15, letra D, do Decreto-lei n. 794, de 19-10-38.

2. Lavrado o competente auto de infração ex-offício e citado o infrator não se defendeu no prazo legal (art. 13, Decreto-lei n. 1.631, de 27-9-39).

3. A infração está perfeitamente caracterizada, conforme notificação enviada a esta Diretoria.

4. Não consta ser o infrator reincidente.

A vista do exposto aplico ao mestre do barco de pesca "Pioneiro" com fundamento no art. 8º, parágrafo único, do Decreto-lei n. 1.631, de 27-9-39, combinado com o art. 15, § 1º, do Decreto-lei n. 794, de 19-10-38, a multa de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros). Publique-se e guarde-se o prazo para recurso, findo o qual voltem os autos.

Florianópolis, 11 de abril de 1955

Mário Couto, diretor.

Pede-se com empenho aos srs. assinantes pronto aviso em caso de qualquer mudança de endereço.

Outrossim solicita-se o favor de comunicar qualquer irregularidade verificada na expedição do jornal.

bleia geral ordinária da Indústrias de Madeiras Mafra S. A., lavrada às folhas 35 verso e 36 verso do livro "atas das assembleias gerais", devidamente legalizado, (Ass.) Ernesto Wassmansdorff, diretor-presidente, Carlos von Linsingen, secretário, Edemar Evers, diretor-gerente.

As firmas supras foram reconhecidas na primeira, via de ata da assembleia geral ordinária, dou fe. Mafra, 28 de fevereiro de 1955. Nelson Heitor Stoeterau, 1º tabelião.

N. 8.631 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 21,50 de selos federais para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 31 de março de 1955.

O secretário: Eduardo Nicolich.

A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 31 de março de 1955.

Eduardo Nicolich, secretário.

(1559)

INDÚSTRIAS DE MADEIRAS MAFRA S. A.

Ata da assembleia geral extraordinária

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e cinquenta e cinco, às dezesseis horas, na sede social, à rua Marechal Deodoro da Fonseca n. 154, nesta cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina, reuniram-se em assembleia geral extraordinária, os acionistas que esta subscrevem, todos com direito a voto, e representando mais de dois terços do capital social, conforme se verificou das assinaturas, a folha 19 do livro "presença dos acionistas". Assumiram as funções de presidente e secretário dos trabalhos os titulares, sr. Ernesto Wassmansdorff e eu, Carlos von Linsingen respectivamente. Declarou o sr. presidente instalada a assembleia aberta a sessão, pedindo a mim secretário que procedesse a leitura dos editais de convocação, publicados no "Diário Oficial do Estado", nos dias 10, 11 e 14 do corrente mês, o que fiz, e vai a seguir transcrito: "Indústrias Madeiras Mafra S. A. Edital de convocação. Assembleia geral ordinária. Ficam pelo presente edital, convocados os senhores acionistas para a assembleia geral extraordinária, que se realizará no dia 26 de fevereiro do corrente ano, às 16 horas, na sede social desta firma, à rua Marechal Deodoro da Fonseca n. 154, nesta cidade, com a seguinte ordem do dia: a) aumento do capital social; b) alteração dos estatutos; c) assuntos diversos. Mafra, 26 de janeiro de 1955. Ernesto Wassmansdorff, diretor-presidente — Edeimar Evers, diretor-gerente". Dando início aos trabalhos, declarou o sr. presidente que os presentes deveriam deliberar sobre o aumento do capital social, pelo que pedia, fosse inicialmente lidos a exposição de motivos, e o parecer, que sobre o assunto haviam sido apresentados pelo sr. Edeimar Evers, diretor-gerente e os membros do conselho fiscal, o que fiz, transcrevendo-os na forma que seguem: "Sr. acionistas das Indústrias de Madeiras Mafra S. A. Tendo em vista o grande e progressivo aumento de preços de todas as matérias primas indispensáveis à nossa indústria, a necessidade de se refazer as reservas florestais em grande parte já eliminadas, bem como a de melhorar as instalações industriais, e, estando nosso capital social se tornando já insuficiente, face aos encargos de dia para dia maiores, tenho a satisfação de submeter a vossa apreciação e deliberação a proposta que abaixo segue, esclarecendo também o seguinte: Nossa sociedade desfruta de bom crédito, tanto junto a nossos fornecedores, como também nos meios bancários. Considerando no entanto, a insegurança do momento que se atravessa, com estremecimentos de toda a ordem, permito-me julgar como irremediável o aproveitamento integral dos créditos, no sentido de ressaltar eventuais dissabores, e quiza prejuízos. A elevação astronômica que as utilidades sofreram e continuam sofrendo, sem margem de dúvida, vem reclamar um maior capital, para que se consiga pelo menos um equilíbrio dos negócios. A vista do exposto e não sendo indicado que a sociedade limite ou reduza seus empreendimentos, imprescindível se torna o aumento do capital social. A proposta que apresento é a seguinte: a) elevação do capital social para Cr\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil cruzeiros) mediante a emissão de 3.500 ações ordinárias, nominativas, no valor de Cr\$ 1.000,00 cada uma, para integralização imediata em dinheiro; b) alteração dos estatutos quanto aos art. 4º, 6º, 18 e 23 os quais passarão a prevalecer com a seguinte redação: Art. 4º — O capital social é de Cr\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil cruzeiros) dividido em 10.500 (dez mil e quinhentas) ações ordinárias, sendo 3.500 ao portador e 7.000 nominativas. Fica alterado o parágrafo único do mesmo artigo; Art. 6º — Os acionistas terão direito e preferência nas subscrições de novas ações para aumento de capital, na proporção das que possuírem na ocasião. Parágrafo 1º — Os títulos ou certificados de ações

serão assinados por dois diretores. Parágrafo 2º — No caso de venda de ações, os acionistas terão absoluta prioridade na aquisição, em igualdade de preços e condições, salvo quando se tratar de transferência entre parentes em 1º e 2º grau. Art. 18 — A assembleia geral ordinária reunir-se-á anualmente, em novembro, até o dia 30 desse mês, e a extraordinária sempre que for convocada pelos órgãos legalmente autorizados. Ambas serão presididas pelo diretor-presidente, salvo casos especiais em que a própria assembleia designará quem deva presidir a. Art. 23 — O exercício social principiará em 1º de outubro e terminará a 30 de setembro do ano seguinte, data em que se procederá ao balanço geral. Mafra, 26 de fevereiro de 1955. Edeimar Evers, diretor-gerente". Parecer do conselho fiscal. Os abaixo-assinados, membros do conselho fiscal das Indústrias de Madeiras Mafra S. A., tendo examinado a proposta apresentada pelo sr. diretor-gerente, sobre o aumento do capital de Cr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros) e também a modificação dos artigos 4º, 6º, 18 e 23 dos estatutos, são de parecer de que devem ser aprovados pela assembleia geral, uma vez que correspondem perfeitamente com as necessidades e interesses da sociedade. Mafra, 26 de fevereiro de 1955. Guilherme Valério, Paulo Ehrhardt Júnior, Hans A. Schmalz". A seguir disse o sr. presidente que se achavam em discussão a proposta e o parecer que acabavam de ser lidos, e, como ninguém a respeito se manifestasse, submete-os a votação, sendo aprovados. Prosseguindo, por determinação do sr. presidente foi a sessão suspensa por 20 minutos, afim de que os senhores acionistas subscrevessem a lista do aumento de capital que acabava de ser aprovado. Decorrido o tempo previsto para a subscrição, reaberta a sessão, foi apresentada à mesa a lista, que depois de lida vai adiante transcrita: "Lista de subscrição do aumento de capital das Indústrias de Madeiras Mafra S. A., de Mafra, Santa Catarina, na importância de Cr\$ 3.500.000,00, divididos em 3.500 ações ordinárias, nominativas, do valor de Cr\$ 1.000,00 cada uma, para integralização imediata, em dinheiro, de acordo com a proposta da diretoria e sugestão do conselho fiscal, tendo os signatários usado amplamente do direito de preferência: Nome — Nacionalidade — Estado civil — Profissão — Residência — Número de ações — Importância. Ernesto Wassmansdorff, brasileira, casado, industrial, rua Buenos Aires, Curitiba, Paraná, 792 (setecentas e noventa e duas), Cr\$ 792.000,00 (setecentos e noventa e dois cruzeiros); Guilherme Wassmansdorff, brasileira, casado, industrial, rua Buenos Aires, Curitiba, Paraná, 528 (quinhentas e vinte e oito) Cr\$ 528.000,00 (quinhentos e vinte e oito mil cruzeiros); Guilherme Valério, brasileira, casado, industrial, rua Marechal Deodoro, Mafra, Santa Catarina, 704 (setecentas e quatro) Cr\$ 704.000,00 (setecentos e quatro mil cruzeiros); Emilio Evers, brasileira, casado, industrial, rua Marechal Deodoro, Mafra, Santa Catarina, 570 (quinhentas e setenta) Cr\$ 570.000,00 (quinhentos e setenta mil cruzeiros); Carlos von Linsingen, brasileira, casado, industrial, rua Xavier da Silva, Rio Negro, Paraná, 2 (duas) Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros); Hans A. Schmalz, brasileira, casado, industrial, rua Expedicionário Holz, Joinville, Santa Catarina, 315 (trezentas e dezesseis) Cr\$ 316.000,00 (trezentos e dezesseis mil cruzeiros); Paulo Ehrhardt Júnior, brasileira, casado, industrial, rua José Boiteux, Mafra, Santa Catarina, 150 (cento e cinquenta) Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros); Ernesto Szerniewicz, brasileira, casado, industrial, Jaraguá do Sul, Santa Catarina, 46 (quarenta e seis) Cr\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil cruzeiros); Edeimar René Evers, brasileira, casado, industrial, rua Marechal Deodoro, Mafra, Santa Catarina, 63 (sessenta e três) Cr\$ 63.000,00 (sessenta e três mil cruzeiros); Leopoldo Frenzel, brasileira, casado, industrial, Curitiba, Paraná, 7 (sete) Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros); Manoel Thomaz Pereira, brasileira, casado, advogado, rua Mare-

EMPRESA SUL BRASILEIRA DE ELETRICIDADE S. A.

Assembleia geral ordinária

São convidados os senhores acionistas desta Empresa, a se reunirem em assembleia geral ordinária, a realizar-se no dia trinta (30) de abril do corrente ano, às dezesseis horas, na sede social, à rua 15 de Novembro, n. 448, nesta cidade de Joinville, a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1º — Leitura, discussão e deliberação sobre o relatório, balanço, contas da diretoria e parecer do conselho fiscal, referentes ao exercício de 1954.
- 2º — Assuntos diversos.

Aviso

Consoante o disposto no art. 91, do Decreto-lei n. 2.627, as pessoas presentes à assembleia deverão provar sua qualidade de acionista.

Joinville, 20 de abril de 1955.

Plácido Olympio de Oliveira, diretor-comercial. (3-3) (1718)

chal Floriano Peixoto, 478, Curitiba, Paraná, 2 (duas) Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros); Antônio Narloch, brasileira, casado, industrial, rua Santa Catarina, Mafra, Santa Catarina, 20 (vinte) Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros); Liane Margot von Linsingen, brasileira, solteira, do lar, rua Xavier da Silva, Rio Negro, Paraná, 200 (duzentas) Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros); Roland von Linsingen, brasileira, solteiro, estudante, rua Xavier da Silva, Rio Negro, Paraná, 100 (cem) Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros). Mafra, 26 de fevereiro de 1955. Indústrias de Madeiras Mafra S. A. Edeimar Evers, diretor-gerente". Passando ao terceiro e último item da ordem do dia o sr. presidente concedeu a palavra a qualquer dos presentes que desejasse falar sobre assuntos de interesse da sociedade, e, como ninguém se manifestasse, declarou suspensa a sessão pelo tempo necessário a lavratura da presente ata. Reaberta a sessão pelo sr. presidente, foi a presente lida, aprovada por unanimidade e vai assinada por todos os acionistas presentes, Mafra, 26 de fevereiro de 1955. Ernesto Wassmansdorff, Guilherme Valério, Emilio Evers, Guilherme Wassmansdorff, Carlos von Linsingen, Paulo Ehrhardt Júnior, Ernesto Czerniewicz, Edeimar Evers, Antônio Narloch e Hans A. Schmalz. Declaramos que esta é cópia autêntica da ata da assembleia geral extraordinária das Indústrias de Madeiras Mafra S. A., lavrada às folhas 36 verso, 37 verso, 38 verso e 39 do livro "Atas das assembleias gerais", devidamente legalizado. Ernesto Wassmansdorff, diretor-presidente.

Carlos von Linsingen, secretário.

Edeimar Evers, diretor-gerente.

As firmas supras foram reconhecidas na primeira via da ata da assembleia geral extraordinária, dou fé, Mafra, 28 de fevereiro de 1955.

Nelson Heitor Steoterau, 1º secretário.

N. 8.632 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 21,50 de selos federais para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 31 de março de 1955.

O secretário: Eduardo Nicolich.

A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 31 de março de 1955.

Eduardo Nicolich, secretário.

(1559)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

Edital de citação com prazo de 15 dias

O desembargador Severino Nicomedes Alves Pedrosa, presidente da Comissão de Inquérito Administrativo, instaurado pela Resolução n. 5.048, de 25 de março de 1955, do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, pelo presente edital cita o contínuo, classe "F", Milton Arantes Ramos, acusado de ter abandonado o cargo, que se encontra em lugar incerto, para, no prazo de 15 dias, a contar da data da publicação deste edital, conforme dispõe o § 2º, do art. 222, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, apresentar defesa, sendo-lhe facultada vista do processo na secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Dado e passado nesta cidade de Florianópolis, aos vinte e dois dias de abril do ano de 1955. Eu, Mário José Caldeira Bastos, secretário, o dactilografei e subscrevi. Mário José Caldeira Bastos. Severino Nicomedes Alves Pedrosa, presidente.

INDÚSTRIAS REUNIDAS RIO DO TESTO S. A.

Assembleia geral ordinária

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital de convocação são convidados os senhores acionistas da Sociedade Anônima Indústrias Reunidas Rio do Testo S. A., para reunirem-se em assembleia geral ordinária que será realizada em nossa sede social às 16 (dezesseis) horas do dia 30 (trinta) do corrente, para deliberarem sobre a seguinte,

Ordem do dia

- 1º — Aprovação do balanço e contas do exercício de 1954, parecer do conselho fiscal e relatório da diretoria.
- 2º — Eleição do conselho fiscal para o exercício de 1955.

Rio do Testo, em 19 de abril de 1955.

Tibério Stolf, diretor-gerente.

(3-2) (1753)

COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

Edital

De ordem do senhor presidente, intimou os senhores Celso de Almeida Coelho e Milton de Almeida Coelho, para nos dias vinte e oito (28) e vinte e nove (29) do corrente mês, respectivamente, na sala destinada à Procuradoria Fiscal da Fazenda Estadual do prédio ocupado pelo Tesouro do Estado de Santa Catarina sito à rua João Pinto, n. 12, prestar seus depoimentos perante a Comissão de Inquérito Administrativo mandado instaurar em data de vinte e oito (28) do mês de março do corrente ano, para apurar os fatos ocorridos na manhã do dia vinte e oito (28) do mês de fevereiro último, na sede do Serviço de Fiscalização da Fazenda, de que são os mesmos acusados como autores.

Florianópolis, em 19 de abril de 1955.

Arany Natividade da Costa, secretário.

(3-3)

(2347)

COMISSÃO DE ABASTECIMENTO E PREÇOS SANTA CATARINA

Termos de reinício

As vinte horas do dia onze de janeiro do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco, na sede desta Comissão de Abastecimento e Preços, à rua Trajano número quarenta e um, nesta capital, com a presença dos senhores membros do plenário: Marcos Nunes Vieira, Moacyr de Moraes Lima, Oscar Pereira, Belmonte Miranda, Ari Machado, Charles Edgar Moritz, Emmanuel da Silva Fontes, o sr. presidente, dando cumprimento ao disposto no Regimento Interno, declarou aberta a primeira sessão ordinária do corrente exercício. Procedida a leitura da ata da 7ª sessão extraordinária, que foi aprovada por unanimidade, autorizou o sr. presidente a leitura do expediente, constituído primeiramente de requerimento da Empresa Viação Vidal Ltda., solicitando aumento de tarifas. Após decisão e aprovação do plenário foi o mesmo entregue à Sub-Comissão Permanente de Transporte, para respectivo estudo. Em prosseguimento, devidamente autorizado pelo senhor presidente, usar da palavra o sr. Afonso Delambert, reportando-se ao seu pedido anterior sobre aumento de passagens, ratificando-o, salientando a situação precária de sua empresa, face aos preços atuais. Com a palavra o sr. presidente, esclarecendo, seriam tomadas as devidas providências para a solução imediata do assunto, fazendo referência, a seguir, ao caso da carne verde, dado o recebimento das propostas apresentadas à concorrência pública para arrendamento do Matadouro Municipal e consequente fornecimento de carne verde à população da capital, pela Prefeitura Municipal. Propôs, o sr. presidente, seja formada uma sub-comissão para estudar o assunto, dentro do prazo legal de sete dias, proposta aprovada pelo plenário, ficando a mesma constituída pelos senhores membros Moacyr de Moraes Lima, Oscar Pereira, Belmonte Miranda, Charles Edgar Moritz, dr. Roberto Waldyr Schmidt. Propôs o sr. Charles Edgar Moritz, presidisse o sr. presidente as reuniões da sub-comissão. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão, na qual esteve presente e lavrei a presente ata, que dato e assino e, após aprovada pelo plenário, pelo senhor presidente, Florianópolis, 11 de fevereiro de 1955. (As.) Neusa Santos Machado, secretária. Aprovada. (As.) Eneidino Batista Ribeiro. (2441)

Térmo

Aos quinze dias do mês de fevereiro de 1955, às vinte horas, convocados na forma regimental, reuniram-se na sede desta Comissão, à rua Trajano número 41, nesta capital, os senhores membros: José Augusto de Faria, Alberto Gonçalves dos Santos, Ari Machado, Belmonte Miranda, Moacyr de Moraes Lima, Oscar Pereira, Marcos Nunes Vieira, dr. Roberto Waldyr Schmidt, Charles Edgar Moritz, conforme a lista de presença, à página 32, do livro competente, afim de ser realizada a 6ª sessão ordinária do corrente ano. Em vista do não comparecimento do sr. presidente, não foi a mesma realizada, tendo eu, Neusa S. Machado, secretária em exercício, lavrado o presente termo, que dato e assino. Florianópolis, 15 de fevereiro de 1955. (As.) Neusa S. Machado. Em tempo: Ausente o sr. presidente substituído, em virtude de achar-se em férias regulamentares, da repartição em que pertence, ausente da cidade. Aprovada.

Ata da 1ª sessão extraordinária

As quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e dois de janeiro do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco, na sede desta Comissão, à rua Trajano n. 41, nesta capital, sob a presidência do sr. Eneidino Batista Ribeiro, presentes os senhores membros: C.F.I.M. Angelo Couto, José Augusto de Faria, Charles Edgar Moritz, dr. Roberto Waldyr Schmidt, Alberto Gonçalves dos Santos, Oscar Pereira, Belmonte Miranda, Moacyr de Moraes Lima, realizou-se a 1ª sessão extraordinária. Havendo número legal, o sr.

presidente declarou aberta a sessão, sendo apresentadas e discutidas as alegações desta COAP, face à situação atual no tocante ao bom andamento desta repartição, ficando decidido ser enviado à COFAP o seguinte telegrama: Reunido em convocação extraordinária a requerimento aprovado pelo plenário, este resolve: estranha atitude COFAP não conceder recursos indispensáveis manutenção serviços, pessoal, insuficiente decorrente vagas não preenchidas, presidência COAP impossibilitada exercer funções falta secretária, contador, fiscais, meios locomoção. Exemplo único viatura reparada cuja verba pedida ainda sem resposta COFAP vencimento pessoal frequentemente atrasados, correspondências COAP sem resposta, homologações propostas criação COMAPS ainda sem solução COFAP, além falta verbas execução lei 1.522. Consequência plenário impossibilitado trabalhar, solicita vossencia mínimos recursos citados, sem o que deixará haver razões sua existência. Aguarda solução imediata e definitiva COFAP, fim deliberar continuação seus trabalhos ou extingui-los e até demissão coletiva face situação deprimente demais COAPS. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerrou a sessão, na qual esteve presente e lavrei a presente ata que vai por mim datada e assinada e após aprovada em plenário pelo sr. presidente. Florianópolis, 22 de janeiro de 1955. (As.) Neusa S. Machado. Em tempo: presente o sr. Ari Machado. (As.) Neusa S. Machado. Aprovada. (As.) Eneidino Batista Ribeiro, presidente.

Ata da 2ª sessão extraordinária

Aos três dias do mês de março do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco, às dezoito horas, sob a presidência do sr. C. F. I. M. Angelo Couto e presença dos srs. membros do plenário: Moacyr de Moraes Lima, Marcos Nunes Vieira, Alberto Gonçalves dos Santos, Belmonte Miranda, Ari Machado, Manoel Donato da Luz, Charles Edgar Moritz, dr. Emmanuel da Silva Fontes, José Augusto de Faria, reuniu-se esta Comissão, em sessão extraordinária, na forma regimental. Dada a existência de "quorum legal", o sr. presidente declarou aberta a sessão, esclarecendo, de início, o motivo da mesma, que é a resolução da questão do preço de passagens de ônibus das linhas intermunicipais, expondo as concorrências verificadas. A seguir, com a palavra, o sr. Charles Edgar Moritz, que procedeu a leitura do parecer, sobre a Portaria n. 3/55, nos seguintes termos: "A Portaria n. 3/55, desta COAP, em nosso entender não exprimeu o pensamento do plenário, quando se falou do caso do aumento das passagens dos veículos para transportes intermunicipais. Realmente, aquela portaria nada mais é do que a ratificação de um estudo técnico, elaborado pelo Conselho Rodoviário do Estado, fixando os preços máximos e mínimos, para o transporte coletivo intermunicipal, nos diversos tipos de veículos e pavimentação. Mesmo porque, sr. presidente, não se admite uma portaria com tal elasticidade. O que se resolveu foi a aprovação dos estudos feitos pelo Conselho Rodoviário, aprovando-os para o conhecimento dos interessados, nos seus requerimentos futuros, e esclarecimento da COAP em seus pronunciamentos e estudos. E dispositivo expresso da Lei n. 1.522 em seu art. 7º, letra 1, que fixa as atribuições de COFAP, "tabelar os preços máximos e estabelecer condições de venda de outras mercadorias ou serviços afim de impedir lucros excessivos, inclusive diversos públicos populares. "Art. 9º parágrafo único da citada Lei n. 1.522, diz expressamente: "os aumentos das tarifas dos serviços de utilidade pública explorados por concessão, autorização ou permissão pela União, Estados, Municípios ou entidades Autárquicas, ficam condicionados a prévia aprovação de um dos seguintes órgãos b, da COAP quando serviço for estadual ou intermunicipal. Assim os interessados deverão requer caso por caso, devendo este plenário se pronunciar através de portaria, fixando o preço máximo permitido." Por proposição

EMPRESA COLONIZADORA E INDUSTRIAL ERNESTO F. BERTASO S. A.

Assembleia geral ordinária

Convidamos os senhores acionistas, para uma assembleia geral ordinária, a realizar-se no dia 29 do corrente mês, às 15 horas, em sua sede social, nesta cidade, a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- a) Apresentação do balanço do exercício findo.
 - b) Eleição da diretoria, do conselho fiscal e dos suplentes do conselho fiscal.
 - c) Assuntos de interesse geral.
- Chapcô, 20 de abril de 1954.
Ernesto F. Bertaso, diretor-presidente.
Dr. Serafim Bertaso, diretor-gerente. (3-2) (1737)

INDÚSTRIAS VAHLDIK S. A. Assembleia geral ordinária

CONVOCAÇÃO

Pelo presente ficam convidados os senhores acionistas desta sociedade, para comparecerem à assembleia geral ordinária, a realizar-se no dia 27 do corrente, às 9 horas, numa das salas da Sociedade Esportiva Ipiranga, a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1º — Balanço e contas do exercício de 1954.
 - 2º — Eleição do conselho fiscal.
 - 3º — Outros assuntos de interesse social.
- Blumenau, 14 de abril de 1955.
(Assinatura ilegível), diretor-geral. (3-3) (1703)

do sr. Charles Edgar Moritz, foi convidado o sr. dr. Roberto Lacerda a comparecer ao plenário, o qual teveu considerações sobre a competência do Conselho Rodoviário. Foi então verificada pelo plenário, que toda a legislação que autoriza o Conselho Rodoviário estabelecer preços, (Lei n. 3.651 de 1941, cria o Conselho Nacional de Trânsito, art. 67, letra b, atribuição do DER de fixar preços; Lei 8.463 de 1945 deu autonomia ao Conselho Nacional de Trânsito; art. 37 da Lei 1.522, considera o DER, como Comissão Auxiliar). E anterior da Lei n. 1.522, que cria a COAP, ficando revogada por esta última, as disposições em contrário. Foram então convidados os srs. diretores das Empresas a comparecerem ao plenário a quem o sr. presidente transmitiu o assunto tratado no mesmo o qual resumiu-se no seguinte: "é exclusiva competência da COAP, o tabelamento dos preços de passagens". Por proposta do sr. Manoel Donato da Luz, será publicada um esclarecimento sobre a interpretação da portaria n. 3/55, nos seguintes termos: A COAP, reunidos no dia 3 de março de 1955, resolveu dar ao público a seguinte explicação: a Portaria n. 3/55 é simplesmente a homologação de um critério que servirá para os estudos futuros na revisão das novas tabelas a serem estudadas, quando requerida pelos interessados. Assim sendo esta Comissão reafirma a sua atribuição de fixar tabelas de preços dos transportes coletivos intermunicipais, de acordo com a Lei n. 1.522, art. 9º, parágrafo único, letra b. Diante do exposto, para cobrança das passagens nos transportes coletivos de S. José, Faltouça Biguaçu, comunicamos ao público que continuam em vigor os preços de passagens até então cobrados. Conforme pregação do sr. Charles Edgar Moritz, ficando constando em ata, um agradecimento ao dr. Roberto Lacerda, pelos esclarecimentos prestados ao plenário nesta sessão. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerrou a seguir a sessão, na qual esteve presente e lavrei a presente ata, que dato e assino juntamente com o sr. presidente. Florianópolis, 3 de março de 1955. (a.) Neusa Machado dos Santos, secretária em exercício. Aprovada. (a.) C.F.I.M. Angelo Couto, presidente substituto. (2442)

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Funcionamento de Colégios e Ginásios

Para conhecimento dos interessados, divulgo, a seguir, o ofício n. 01.727, dirigido ao excelentíssimo senhor doutor Secretário de Educação, Saúde e Assistência Social pelo Diretor do Ensino Secundário:

"Senhor Secretário: Tendo em vista o prejuízo e as perturbações causadas à administração federal e às próprias entidades interessadas pelas constantes prorrogações, que se vêm tolerando, do prazo para entrada de pedidos de autorização de funcionamento de ginásios e colégios, venho solicitar a v. excia. o obsequio de promover, nesse Estado, ampla divulgação das seguintes instruções que, na forma da lei, acabo de transmitir às autoridades escolares subordinadas a esta Diretoria:

- a) os pedidos de verificação prévia de estabelecimento de ensino secundário, que pretendam funcionar a partir do ano seguinte, só terão andamento se entrarem no Serviço de Comunicações deste Ministério, ou nas Inspetorias Seccionais, onde houver, até 31 de julho;
- b) com o requerimento da verificação, dirigido ao Diretor do Ensino Secundário e assinado pela pessoa física ou representante legal da pessoa jurídica que mantenha o estabelecimento, devem ser apresentados os documentos referidos no artigo 125 e parágrafos, da Portaria Ministerial n. 501, de 19 de março de 1952.

Neste ensejo, reitero a v. excia. os protestos do meu alto apreço e distinta consideração.

Armando Hildebrand, diretor do Ensino Secundário". (2431) (6-3)

COMERCIAL E INDUSTRIAL PIRATUBA S. A. Assembleia geral ordinária CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas da Comercial e Industrial Piratuba S. A., para a assembleia geral ordinária, a realizar-se no próximo dia 15 (quinze) de maio de 1955, na sede social, em Piratuba e que terá a seguinte

Ordem do dia

- 1º — Apreciação, discussão e aprovação do relatório da diretoria, balanço geral, conta de lucros e perdas, relativamente ao exercício próximo passado.
 - 2º — Eleição da diretoria.
 - 3º — Eleição dos membros do conselho fiscal e seus respectivos suplentes para o atual exercício.
 - 4º — Diversos assuntos de interesse social.
- Piratuba, 7 de abril de 1955.
Florian Jacob Bender, diretor-presidente. (3-2) (1742)

RALF SCHEIDEMANTEL S. A. — IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO Assembleia geral ordinária

Ficam convidados os senhores acionistas desta sociedade, para a assembleia geral ordinária, a realizar-se no dia 26 de abril do corrente ano, às 14 horas, no escritório desta sociedade, à rua Tiradentes, a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1º — Exame, discussão e aprovação do relatório da diretoria, parecer do conselho fiscal, balanço, contas de lucros e perdas e demais documentos referente ao exercício de 1954.
- 2º — Eleição do conselho fiscal para o exercício de 1955.
- 3º — Assuntos de interesse social

Aviso

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, os documentos a que se refere o art. 99, do Decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940. Ibirama, 26 de março de 1955.
Ralf Scheidemantel, diretor-gerente. (3-2) (1750)

EXPORTADORA DE MADEIRAS S. A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas:
Em cumprimento ao que determina o Decreto-Lei n. 2.027 de 26 de setembro de 1940, artigos 98-102, passamos a seguir a apresentação do balanço do exercício comercial encerrado em 31 de dezembro de 1954.

Balanço geral. — Demonstração da conta lucros e perdas. — Parecer do conselho fiscal.

Blumenau, 15 de fevereiro de 1955.

A DIRETORIA

BALANÇO GERAL DA EXPORTADORA DE MADEIRAS S. A. — ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1954

ATIVO			
Imobilizável			
Imóveis		1.790.126,40	
Estável			
Móveis e utensílios	179.909,40		
Máquinas e instalações	2.375.092,20		
Serraria Subida	159.616,30		
Ferramentas	83.340,50		
Veículos	1.225.129,30	4.023.086,70	
Disponível			
Caixa	46.780,50		
Bancos	13.039,00	59.799,50	
Realizável			
Madeiras em geral	2.998.920,30		
Almoxarifado	314.575,50		
Selos mercantis	297,50		
Imposto Federal	3.647,50		
Títulos a receber	4.595.556,40		
Títulos de capitalização	149.163,30		
Conta corrente devedora	902.844,10	8.965.004,60	
Participações			
Ações em firmas	95.000,00		
Adicional Lei 1.474	25.350,10	120.350,10	
Contas de compensação			
Ações em caução	30.000,00		
Títulos em cobrança	2.890.353,30	2.920.353,30	
		Cr\$ 17.878.720,60	
PASSIVO			
Não exigível			
Capital	2.400.000,00		
Fundo de reserva legal	498.011,80		
Fundo devedores duvidosos	448.755,60		
Fundo para amortizações	1.879.657,10		
Fundo para melhoramentos	32.375,60	5.249.800,10	
Exigível a curto prazo			
Títulos a pagar	1.597.636,50		
Débitos a liquidar	452.508,10		
Ordenados a pagar	139.485,50		
Conta corrente credora	4.618.006,20		
Dividendos não reclamados	177.860,00		
Dividendos a distribuir	240.000,00		
Gratificações	183.480,30		
Bancos c/ desconto	1.768.435,70	9.177.412,30	
Exigível a longo prazo			
Empréstimo industrial		531.154,90	
Contas de compensação			
Caução da diretoria	30.000,00		
Banco c/ cobrança	2.890.353,30	2.920.353,30	
		Cr\$ 17.878.720,60	

Blumenau, 31 de dezembro de 1954.

Fred.rico Missner.
Arno Bauer.
Marcos Hoeschl.
Heinz Duwe, contador reg. CRCSC 0.162.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS DA EXPORTADORA DE MADEIRAS S. A. EM 31 DE DEZEMBRO DE 1954

Madeiras em geral — Resultados do exercício	7.790.104,00
Aluguéis — Idem	41.180,00
Rendas diversas — Idem	468.583,40
Despesas gerais — Saldo desta conta	7.414.685,70
Fundo reserva legal	41.160,00
Fundo para depreciações	348.228,10
Gratificações a pagar	183.480,30
Fundo devedores duvidosos	70.313,30
Dividendos	240.000,00
	Cr\$ 8.297.867,40

Blumenau, 31 de dezembro de 1954.

Fred.rico Missner.
Arno Bauer.
Marcos Hoeschl.
Heinz Duwe, contador reg. CRCSC 0.162.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O conselho fiscal da Exportadora de Madeiras S. A., reunido para examinar o relatório da diretoria, balanço e demonstração da conta lucros e perdas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1954, depois de constatar em tudo a mais perfeita ordem e exatidão, é de parecer que os referidos documentos, bem como os atos praticados pela administração no último exercício, devem ser aprovados pela próxima assembleia geral ordinária.

Acary Guimarães
Georg Traeger
Fides Ullmann.

(1731)

COMERCIO DE AUTOMOVEIS JOINVILLE S. A.

Ata da assembleia geral ordinária

Aos dezoito dias do mês de abril de mil novecentos e cinquenta e cinco, às 9 horas, na sede social do Comércio de Automóveis Joinville S. A., a rua Max Colin n. 550, em Joinville, Santa Catarina, presente acionistas representando a totalidade do capital social, conforme se verifica no livro de presenças, o seu diretor-presidente, sr. João Buatim, assumiu a presidência, conforme o art. 7º letra A dos Estatutos, convidando a mim, Ozório Lenzi para secretário, ficando assim constituída a mesa dos trabalhos. O sr. presidente declarou que em virtude de já ter sido lida por ocasião de sua realização, deixou de proceder a leitura da última ata. Em seguida o sr. Presidente disse que a sessão tinha sido convocada conforme publicações feitas no "Diário Oficial do Estado" nos dias 4, 5 e 1º de abril e na "A Notícia" nos dias 23, 24 e 25 de março e tinha por fim a aprovação em definitivo do aumento de Capital Social e alteração dos Estatutos, proposto pela diretoria, e mandu a mim, secretário, proceder a leitura dos documentos que se encontravam em cima da mesa. Edital de convocação; Lista de de subscritores; recibo do depósito de 10% do aumento do capital proposto e o recibo do pagamento de selo por verba documentos estes que eram dos seguintes teores: Edital. Comércio de Automóveis Joinville S. A. — Assembleia geral extraordinária — Convocação — São convocados os senhores acionistas a se reunirem em assembleia geral extraordinária, a ser realizada às nove horas do dia dezoito de abril de 1955, na sede social, à rua Max Colin n. 550, em Joinville Santa Catarina, afim de deliberarem sobre a efetivação do aumento do capital social autorizado pela assembleia geral extraordinária de 15 de março de 1955. Joinville, 21 de março de 1955. Michel H. El Barouki, diretor-gerente; Erick Roberto Colin, diretor-secretário. Lista de subscritores do aumento do capital social do Comércio de Automóveis Joinville S. A., proposto e aprovado em assembleia geral extraordinária realizada em 15 de março de 1955. N. de ordem — Assinatura do subscritor — Nacionalidade — Estado civil — Residência — Profissão — N. de ações — Total subscrito: 1º — Michel H. El Barouki — Libanez, casado, Joinville — Comércio — 35 (trinta e cinco) ações Cr\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil cruzeiros). 2º — José H. Barouki — Libanez, casado, Joinville, Comércio — 35 (trinta e cinco) ações Cr\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil cruzeiros). 3º — Erik Roberto Colin — brasileira, solteiro, Joinville, Comércio — 20 (vinte) ações Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros). 4º — Silvio Ramos — brasileira, casado, Rio do Sul, Comércio — 15 (quinze) ações Cr\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros). 5º — Antenor Vieira Borges — brasileira — casado — Lajes — Comércio — 37 (trinta e sete) ações Cr\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil cruzeiros). 6º — Dr. Mário Teixeira Carrilho — brasileira, — casado — Lajes — Advogado — 37 (trinta e sete) ações Cr\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil cruzeiros) 7º — Linda R. Chueire — brasileira — solteira — São Paulo — Doméstica — 40 (quarenta) ações Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros). 8º — Ozório Lenzi — brasileira — casado — Lajes — Comércio — 95 (noventa e cinco) ações Cr\$ 475.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil cruzeiros). 9º — Dr. Paulo Konder Bornhausen — brasileira — casado — Florianópolis — Advogado — 20 (vinte) ações Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros). 10 — Najla Buatim — brasileira — solteira — Lajes — doméstica — 92 (noventa e duas) ações Cr\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil cruzeiros). 11 — Nazira Buatim — brasileira — solteira — Lajes — doméstica — 92 (noventa e duas) ações Cr\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil cruzeiros). 12 — Tuffi Buatim — brasileira — solteiro — Lajes — estudante — 92 (noventa e duas)

JURISPRUDENCIA

No arquivo da I. O. E., acha-se venda a Jurisprudência do Tribunal de Justiça, relativa ao ano de 1954. Preço do volume Cr\$ 50,00.

ações Cr\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil cruzeiros). 13 — Elisia Buatim — brasileira — casado — Lajes — estudante — 92 (noventa e duas) ações Cr\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil cruzeiros). 14 — Teriza Buatim Chidias — brasileira — casada — Lajes — doméstica — 92 (noventa e duas) ações Cr\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil cruzeiros). 15 — João Buatim — brasileiro — casado — Lajes — comércio — 6 (seis) ações Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros). Cópia do recibo de 10% do capital proposto — Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A. n. 02073 Cr\$ 400.000,00 — Depósito em conta corrente para crédito da Comércio de Automóveis Joinville S. A., conta n. 3.111 Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), conforme discriminação na ficha de depósito desta data, devidamente selada, correspondente ao seu depósito legal e referente ao seu aumento de capital social de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) para Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros). Joinville, 18 de abril de 1955. Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A. (a.) ilegíveis. Recibo do pagamento do selo por verba n. 560, Coletoria de Rendas Federais em Joinville — Exercício de 1955. Imposto do selo por verba — Cr\$ 24.000,00. Fica debitado o sr. Coletor pela quantia de vinte e quatro mil cruzeiros, recebida do sr. Comércio de Automóveis Joinville S. A., proveniente do Imposto do selo por verba sobre o aumento de capital social de Cr\$ 4.000.000,00 para Cr\$ 8.000.000,00, conforme verba n. 560. Coletoria de Rendas Federais em Joinville, 15 de abril de 1955. O coletor: Leopoldo Olinger. O escrivão A. Wolff. Pôsto a disposição dos senhores acionistas os documentos acima transcritos o senhor presidente concedeu a palavra a quem quizesse fazer uso. E como ninguém solicitasse, submeteu-os a votação distribuindo para isto cédulas aos senhores acionistas. Recolhidas estas, verificou-se que tudo foi aprovado unanimemente. A seguir o senhor presidente declarou que estando legal, jurídica e definitivamente aumentado o capital social de Cr\$ 4.000.000,00 para Cr\$ 8.000.000,00, ora representado por 1.600 ações de Cr\$ 5.000,00 cada uma e alterados os Estatutos sociais nos seus artigos e parágrafos conforme a ata da assembleia geral extraordinária de 15 de março do corrente ano, mandou suspender a sessão por 10 minutos para a lavratura da presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai por todos assinada. Joinville, 18 de abril de 1955. Michel H. El Barouki, José H. Barouki, Erik Roberto Colin, Silvio Ramos, Antenor Vieira Borges, dr. Mário Teixeira Carrilho, Linda R. Chueire, Ozório Lenzi, Paulo Konder Bornhausen, Najla Buatim, Nazira Buatim, Tuffi Buatim, Elisia Buatim, João Buatim. Cópia fiel da ata da assembleia geral extraordinária da Comércio de Automóveis Joinville S. A., realizada em 18 de abril de 1955, extraída do respectivo livro. Sob nossa responsabilidade. José H. Barouki, diretor secretário.

N. 3.693 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 101,50 de selos federais para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 22 de abril de 1955.

O secretário, Eduardo Nicolich

A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretária da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 22 de abril de 1955.

Eduardo Nicolich, secretário. (1762)

ESTATUTOS DO HOSPITAL SÃO JOSÉ

CAPÍTULO I

Natureza e fins da sociedade

Artigo I — O Hospital São José é uma instituição humanitária, fundada em 13 de maio de 1944, na cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina que tem por fim receber e tratar doentes, pobres e indigentes, sem distinção de crenças e nacionalidades.

Parágrafo único — Para poder cumprir com suas finalidades se servirá do prédio e instalações de propriedade do senhor doutor Arnaldo Favorito, sito à rua Benjamin Colla, s/n., nesta cidade de Capinzal, SC.

Artigo II — Para doentes não indigentes fica estabelecido o seguinte:

a) Pagará a diária estabelecida pela diretoria;

b) Poderão ser visitados dentro das normas estabelecidas pelo regulamento interno e

c) terão a liberdade de escolher o médico assistente.

Parágrafo primeiro — Os doentes indigentes recolhidos ao Hospital, serão tratados pelo médico encarregado deste sector.

Parágrafo segundo — Os doentes indigentes só serão hospitalizados por determinação do médico autorizado pela diretoria.

Artigo III — A Sociedade se manterá com os seguintes recursos: Contribuição dos sócios, auxílios do Governo Federal, Estadual e Municipal e sua própria renda.

Artigo IV — A Sociedade Hospital São José é uma Instituição com personalidade jurídica, distinta de seus sócios, os quais não responderão pelas dívidas contraídas em nome da mesma.

Parágrafo primeiro — A sede será a cidade de Capinzal — Estado de Santa Catarina.

Parágrafo segundo — O seu prazo de duração é ilimitado.

CAPÍTULO II

Dos sócios

Artigo V — O número dos sócios efetivos é ilimitado.

Artigo VI — A Sociedade terá três (3) categorias de sócios:

1º — Fundadores os que assinaram a ata que homologou os presentes estatutos, contribuindo com a importância de Cr\$ 500,00;

2º — Efectivos os que contribuírem com a importância de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), e

3º — Beneméritos os que contribuírem com a importância de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros).

Artigo VII — Os sócios, nas assembleias gerais, terão direito a voto, apresentando o talão de quitação da tesouraria.

Parágrafo único — Na hospitalização, os sócios terão vantagens de 30% sobre os demais.

CAPÍTULO III

Do patrimônio social

Artigo VIII — O patrimônio da sociedade será representado por todas as compras e aquisições que a Sociedade venha, em seu nome, adquirir.

CAPÍTULO IV

Da representação da sociedade

Artigo IX — Representam o Hospital São José:

a) Assembleia geral legalmente reunida;

b) A diretoria que se compõe dos seguintes membros:

Presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, 1º e 2º tesoureiros, provedor geral e conselho fiscal composto de três (3) membros.

CAPÍTULO V

Da direção médica do hospital

Artigo X — O cargo de provedor geral do Hospital é ocupado simultaneamente pelo Diretor Médico, cabendo a escolha ao conselho fiscal do Hospital.

CAPÍTULO VI

Das assembleias gerais

Artigo XI — Haverá assembleias gerais ordinárias e extraordinárias:

a) Ordinárias, uma vez por ano, em 20 de dezembro, e

b) Extraordinárias, quando requerido por mais de (3) três sócios.

Parágrafo único — A assembleia é o órgão soberano da Sociedade. Poderá

intervir em qualquer assunto da Sociedade.

CAPÍTULO VII

Da eleição da diretoria

Artigo XII — A diretoria será eleita, anualmente, pela assembleia ordinária de que trata a letra a, do artigo 11.

Parágrafo único — Qualquer substituição da diretoria em seus cargos, será feita com indicação do presidente e aprovação dos demais membros.

Artigo XIII — Os mandatos da diretoria serão exercidos gratuitamente.

CAPÍTULO VIII

Da diretoria

Artigo XIV — Compete à diretoria:

a) Administrar os fundos da Associação;

b) Regulamentar e fiscalizar o movimento do Hospital;

c) Admitir novos sócios.

CAPÍTULO IX

Do presidente

Artigo XV — Ao presidente compete:

a) Convocar reuniões e presidir-las;

b) Presidir as assembleias;

c) Mandar lavrar as atas e;

d) Cumprir e fazer cumprir estes estatutos.

CAPÍTULO X

Do vice-presidente

Artigo XVI — Compete ao vice-presidente: Substituir o presidente em todos os seus impedimentos.

CAPÍTULO XI

Dos sócios

Artigo XVII — Ao primeiro secretário compete:

a) organizar todo o trabalho da Secretaria;

b) lavrar as atas; assinar a correspondência, e, manter em dia o arquivo do Hospital.

Artigo XVIII — Ao segundo secretário compete substituir o primeiro em todos os seus impedimentos.

CAPÍTULO XII

Dos tesoureiros

Artigo XIX — Ao primeiro tesoureiro compete: dirigir as finanças do Hospital e manter em dia o serviço da Tesouraria.

Artigo XX — Ao segundo tesoureiro compete substituir o primeiro em todos os seus impedimentos.

CAPÍTULO XIII

Do provedor

Artigo XXI — Ao provedor geral compete:

a) tomar a seu cargo, junto com o secretário, a correspondência oficial do Hospital;

b) requerer e receber subvenções e auxílios do Governo Federal, Estadual e Municipal, encarregando-se da prestação de contas.

CAPÍTULO XIV

Do conselho fiscal

Artigo XXII — Ao conselho fiscal compete:

a) examinar a escrita, contas e balanços do Hospital;

b) dar parecer em tudo o que se relacione com o Hospital;

c) denunciar todas as falhas da diretoria e

d) convocar a assembleia ordinária na falta do presidente.

CAPÍTULO XV

Disposições transitórias

Artigo XXIII — Os presentes estatutos serão reformados com anuência de 2/3 dos associados.

Artigo XXIV — As reuniões da diretoria serão realizadas nas dependências do Hospital São José.

Artigo XXV — Em caso de extinção da Sociedade, os sócios deliberarão em assembleia geral a quem passar o patrimônio que venha a ser adquirido por conta da Instituição.

Os presentes estatutos foram aprovados em assembleia geral extraordinária de 20 de fevereiro de 1955, sendo que a diretoria e conselho fiscal, ficaram assim constituídos: presidente: Sebastião Rodrigues de Almeida, vice-dito, Sílvia Santos, 1º secretário, Zeldine Zoccolli, 2º dito, Nizio Barretta, 1º tesoureiro Paulo Macarini, 2º dito, Ivar Comerlatto, Provedor geral, dr. Arnaldo Favorito, Conselho fiscal, Severino Barretta, Luiz Soares, Adolfo Antônio de Souza, Capinzal, 20 de fevereiro de 1955.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

SECCÃO DE SANTA CATARINA

Edital n. 55

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção deste Estado, faz saber, para os fins do Decreto n. 22.478, de 20 de abril de 1933, que requereu inscrição em seu quadro em caráter Definitivo, o bacharel Edio José Tonelli.

Qualquer membro da Ordem ou interessado, poderá representar documentadamente contra o candidato à inscrição, no prazo de cinco dias úteis, contados da publicação do presente.

A inscrição em apêço poderá ser cancelada em virtude de perda ou carência de quaisquer dos artigos 13 e 15 do referido Decreto.

Florianópolis, 25 de abril de 1955
Nilson Vieira Borges, 1º secretário, (1754)

Edital n. 56

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção deste Estado, faz saber, para os fins do Decreto n. 22.478, de 20 de abril de 1933, que requereu inscrição em seu quadro em caráter Definitivo, a bacharela Lélia Therezinha Ramos Neves.

Qualquer membro da Ordem ou interessado, poderá representar documentadamente contra a candidata à inscrição, no prazo de cinco dias úteis, contados da publicação do presente.

A inscrição em apêço poderá ser cancelada em virtude de perda ou carência dos requisitos dos artigos 13 e 15 do referido Decreto.

Florianópolis, 25 de abril de 1955
Nilson Vieira Borges, 1º secretário, (1755)

Edital n. 57

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção deste Estado, faz saber, para os fins do Decreto n. 22.478, de 20 de abril de 1933, que requereu inscrição em seu quadro em caráter Provisório, o bacharel Wilson Abraham.

Qualquer membro da Ordem ou interessado, poderá representar documentadamente contra o candidato à inscrição, no prazo de cinco dias úteis, contados da publicação do presente.

A inscrição em apêço poderá ser cancelada em virtude de perda ou carência dos requisitos dos artigos 13 e 15 do referido Decreto.

Florianópolis, 25 de abril de 1955
Nilson Vieira Borges, 1º secretário, (1756)

Presidente: Sebastião Rodrigues de Almeida, brasileiro casado, industrial.

Vice-presidente: Sílvia Santos, brasileiro, casado, industrial.

1º secretário: Zeldine Zoccolli, brasileiro, casado, comerciante.

2º secretário: Nizio Barretta, brasileiro, casado, comerciante.

1º Tesoureiro: Paulo Macarini, brasileiro, casado, universitário.

2º tesoureiro: Ivar Comerlatto, brasileiro, casado, comerciante.

Provedor geral: dr. Arnaldo Favorito, brasileiro, casado, médico.

Conselho fiscal: Severino Barretta, brasileiro, casado, comerciante.

Luiz Soares, brasileiro, casado, comerciante.

Adolfo Antônio de Souza, brasileiro, casado, comerciante.

As firmas retro a começar na de Sebastião Rodrigues de Almeida e a terminar na de Adolfo Antônio de Souza, foram por mim devidamente reconhecidas na primeira via deste Estatuto.

Ouro-Capinzal, 23 de março de 1955.

João Edelberto Fontes, tabelião.

Registrado no livro n. 8 de registro de Estatutos à fls. 36, sob n. 995.

C. Novos, 24 de março de 1955.

João Maria Bêche, oficial do registro (1600)

CERÂMICA CASTELO S. A.

Assembleia geral ordinária

Pelo presente, ficam convidados os senhores acionistas a comparecerem à assembleia geral ordinária, a realizar-se no dia 26 de maio próximo futuro, pelas 15 horas, na sede social, nesta cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, afim de deliberarem o seguinte

Ordem do dia

1º — Discussão, aprovação do balanço, demonstração de lucros e perdas, relatório da diretoria, parecer do conselho fiscal e contas do exercício de 1954.

2º — Reforma dos estatutos.

3º — Eleição do conselho fiscal.

Aviso

Acham-se à disposição dos senhores acionistas os documentos à que se refere o art. 99, do Decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940. Tijucas, 20 de abril de 1955.

Paulo Bastos Gomes, diretor-gerente. (3-1) (1765)

Edital n. 58

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção deste Estado, faz saber para os fins do Decreto n. 22.478, de 20 de abril de 1933, que requereu inscrição em seu quadro na forma de Solicitador, o acadêmico Erasmo Rodrigues.

Qualquer membro da Ordem ou interessado, poderá representar documentadamente contra o candidato à inscrição, no prazo de cinco dias úteis, contados da publicação do presente.

A inscrição em apêço poderá ser cancelada em virtude de perda ou carência de quaisquer dos requisitos dos artigos 13 e 15 do referido Decreto.

Florianópolis, 25 de abril de 1955.
Nilson Vieira Borges, 1º secretário, (1757)

Edital n. 59

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção deste Estado, faz saber, para os fins do Decreto n. 22.478, de 20 de abril de 1933, que requereu inscrição em seu quadro na forma de Solicitador, o acadêmico Francisco Evangelista.

Qualquer membro da Ordem ou interessado, poderá representar documentadamente contra o candidato à inscrição, no prazo de cinco dias úteis, contados da publicação do presente.

A inscrição em apêço poderá ser cancelada em virtude de perda ou carência de quaisquer dos requisitos dos artigos 13 e 15 do referido Decreto.

Florianópolis, 25 de abril de 1955
Nilson Vieira Borges, 1º secretário, (1758)

Edital n. 60

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção deste Estado, faz saber para os fins do Decreto n. 22.478, de 20 de abril de 1933, que requereu inscrição em seu quadro na forma de Solicitador, o acadêmico Ney Elcio Ramos Rosa.

Qualquer membro da Ordem ou interessado, poderá representar documentadamente contra o candidato à inscrição, no prazo de cinco dias úteis, contados da publicação do presente.

A inscrição em apêço poderá ser cancelada em virtude de perda ou carência de quaisquer dos requisitos dos artigos 13 e 15 do referido Decreto.

Florianópolis, 25 de abril de 1955.
Nilson Vieira Borges, 1º secretário, (1759)

BANCO DO BRASIL S. A.

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR

DEPARTAMENTO — FLORIANÓPOLIS (S. C.)

Licenças de Importação emitidas, de 1 a 9/4/1955
RELAÇÃO N. 35/12

Número	EXPORTADOR	MERCADORIA			Promessa de venda de câmbio	VALOR E M			País de origem	País de destino
		Classif.	Especificação	Cal.		Peso líquido	Cr\$	Moeda estrangeira		
16-35/30-25	Carlos Hoepcke S. A. — Com. e Ind.	614.65	Motores de combustão interna, diesel, semi-diesel (excetuando p/aviões) — 12 motores diesel n. e. estacionários	3a	8.822 e 8.909	5.405	134.700,00	D. Kr.	40.000,00	Polónia

Florianópolis, 11 de abril de 1955.

Pelo BANCO DO BRASIL S/A. — Florianópolis (S. C.)

Nestor Ângelo Arold — Gerente.

Camilo Mario Faraco.

PRAÇA — FLORIANÓPOLIS (S. C.)

Licenças de Exportação emitidas, de 1 a 9/4/1955
RELAÇÃO N. 35/11

Número	EXPORTADOR	MERCADORIA			Peso líquido	VALOR E M			País de origem	País de destino
		Classif.	Especificação	Cal.		Cr\$	Moeda estrangeira	Porto de embarque		
16-35/24-23	Cia. Mat. Sto. Amaro Ind. Com. "CIAMAR" ..	2.22.30	500.000 p/2 Pinho serrado, 100% II		707.547	1.000.000,00	US\$ Arg.	55.000,00	Polónia	Argentina
25-24	Cia. Mat. Sto. Amaro Ind. Com. "CIAMAR" ..	2.22.30	500.000 p/2 Pinho serrado, 80% I 20% II		707.547	1.211.760,00	US\$ Arg.	66.000,00	Polónia	Argentina
26-25	Madeira Brasil Pinho Ltda.	2.22.30	200.000 p/2 Pinho serrado, 100% III		283.018	403.920,00	US\$ Arg.	22.000,00	Polónia	Argentina
27-26	Madeira Brasil Pinho Ltda.	2.22.30	1.500.000 p/2 Pinho serrado, 100% III		2.122.641	3.029.400,00	US\$ Arg.	165.000,00	Polónia	Argentina
28-27	Madeira Brasil Pinho Ltda.	2.22.30	800.000 p/2 Pinho serrado, 80% I 20% II		1.132.075	1.928.815,00	US\$ Arg.	105.000,00	Polónia	Argentina
29-28	Madeira Brasil Pinho Ltda.	2.22.30	1.500.000 p/2 Pinho serrado, 80% I 20% II		2.122.641	3.029.400,00	US\$ Arg.	165.000,00	Polónia	Argentina
30-29	Madeira Brasil Pinho Ltda.	2.22.30	300 Sacos Iapoca granulada, em sacos de algodão		15.000	46.815,80	US\$ Port.	2.550,00	Polónia	Argentina

Florianópolis, 11 de abril de 1955.

Pelo BANCO DO BRASIL S/A. — Florianópolis (S. C.)

Nestor Ângelo Arold — Gerente.

Camilo Mario Faraco.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS COMERCIAIS DE MINÉRIOS E COMBUSTÍVEIS MINERAIS DE SANTA CATARINA

Edital

Faço saber aos que o presente vierem ou dêle tiverem conhecimento que, no dia 28 de maio de 1955, serão realizadas neste Sindicato as eleições para sua diretoria, membros do conselho fiscal e representante junto ao conselho da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Comerciais de Minérios e Combustíveis Minerais, ficando aberto o prazo de 10 (dez) dias, que correrá a partir da primeira publicação deste, para o registro das chapas na Secretaria, de acordo com o disposto no art. 6º, da Portaria Ministerial n. 11, de 11-2-54.

Os requerimentos para o registro das chapas deverão ser apresentados na Secretaria, em três vias, assinados por todos os candidatos, pessoalmente, não sendo permitida para tal fim a outorga de procuração, devendo conter todos os requisitos previstos na legislação vigente e nos estatutos da entidade e instruídos com a prova exigida no § 1º, do art. 11 da Portaria n. 11, de 11-2-54.

Florianópolis, 26 de abril de 1955.

Ranulfo Souza, presidente.

(1760)

o valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), por sessão. Como consequência, o sr. presidente aprovou a nova taxa para honorários do conselho, desde que houve concordância de todos. Em seguida entrou-se no assunto final dos tópicos relacionados na ordem do dia. O acionista Alvim Battistotti lembrou aos presentes sobre a necessidade de constituir-se novo membro para compor a diretoria, desde que se encontra vago o posto de diretor-gerente. Ainda o sr. Alvim Battistotti propôs aos presentes o nome do sr. Wadir Bianchini, para o citado cargo. O assunto não mereceu restrições de ninguém e com a aprovação de todos, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, foi o sr. Wadir Bianchini empossado no cargo de diretor-gerente. Pediu novamente a palavra o acionista João Carlos Renaux Bauer, para lembrar ao sr. presidente sobre a aplicação do valor recebido mensalmente da Empresa Auto-Viação Catarinense S. A., a título de assistência técnica. Julgou o citado acionista que tal valor deveria reverter aos diretores com funções diretas na citada empresa. O assunto foi então amplamente debatido, sendo, afinal submetido a aprovação. Abstendo-se os legalmente impedidos de votar, foi a proposição aprovada, sendo que o valor correspondente passará a ser levado a crédito das contas dos citados diretores. Como não houvesse mais assuntos a tratar e como mais ninguém quisesse fazer uso da palavra, o presidente, após encerrar a lista de presença, constante à fls. 3, do livro de presença, suspendeu a presente sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, por mim, Wadir Bianchini, secretário, e, reaberta a sessão, foi a ata lida e aprovada e vai ser assinada por todos os acionistas presentes. Dêla se extrairá cópias autênticas dactilografadas, para os devidos fins legais. Brusque, em 26 de março de 1955. Germano D. Vecchi, presidente; Otávio Pereira, João Carlos Renaux Bauer, Alvim Battistotti, Erico Bianchini, dr. Ivo Spoganiz e Wadir Bianchini, secretário. Brusque, em 20 de abril de 1955. Wadir Bianchini, secretário.

Reconheço verdadeira a firma de Wadir Bianchini, dou fé. Em fé MIG, da verdade. Brusque, SC., 20 de abril de 1955. Maria Izabel Gevaerd, pelo tabelião.

(1752)

RODOVIÁRIA EXPRESSO BRUSQUENSE S. A.

Ata da assembleia geral ordinária

Aos vinte e seis dias do mês de março de mil novecentos e cinquenta e cinco, às dezesseis horas, nesta cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, em virtude de convocação prévia, reuniram-se em assembleia geral ordinária, os acionistas da Rodoviária Expresso Brusquense S. A., comparecendo sete acionistas, portadores de duas mil e quinhentas ações ordinárias, ao portador, com direito de voto, representativas do capital, no valor de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), conforme assinaturas lançadas no livro de presença, depois de exibidos e conferidos os títulos de cada um deles, na forma da lei e disposições estatutárias em pleno vigor. Com número legal, perfeitamente aptos a deliberar, instalou-se a assembleia, assumindo a presidência o sr. Germano D. Vecchi, que convidou a mim, Wadir Bianchini, para secretariar os trabalhos. Aberta a sessão, o sr. presidente determinou que eu, secretário, procedesse à leitura do edital de convocação da presente assembleia, publicado por três vezes no jornal local "Folha Brusquense", edições n. 17, 18 e 19, respectivamente dos dias 26 de fevereiro e 5 e 12 de março de 1955, e por três vezes no "Diário Oficial de S. Catarina", edições n. 5.316, 5.317 e 5.318, respectivamente, dos dias 23, 24 e 25 de fevereiro de 1955, edital este contendo o seguinte teor: "Fleam convocados os senhores acionistas da Rodoviária Expresso Brusquense S. A. — Pressovia — para a assembleia geral ordinária, a realizar-se no dia 26 de março de 1955, às 16 horas, na sede social, a Avenida Lauro Mueller, n. 60, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1º — Aprovação do balanço e contas do exercício de 1954. 2º — Relatório da diretoria e parecer do conselho fiscal. 3º — Eleição do conselho fiscal. 4º — Outros assuntos de interesse da sociedade. Brusque, em 22 de fevereiro de 1955. (Ass.) Germano D. Vecchi, diretor-presidente. Alvim Battistotti, diretor-técnico". Por determinação do sr. presidente, passei eu, secretário, a leitura do relatório da diretoria, balanço geral e demonstração da conta lucros e perdas, bem como do parecer do conselho fiscal, cujos documentos se encontram sobre a mesa, a disposição dos acionistas e que ainda tivera a publicação, de acordo com a lei, respectivamente no jornal local "Folha Brusquense", edição de n. 17, de 26 de fevereiro de 1955 e no "Diário Oficial do Estado de Santa Catarina", edição n. 5.334, de 21 de março de 1955. Feita a leitura, colocou o sr. presidente o assunto em discussão, sendo o mesmo devidamente apreciado e discutido, pedindo a palavra o acionista João Carlos Renaux Bauer, para propor sua aprovação, o que posteriormente foi realizado, abstendo-se de votar os acionistas legalmente impedidos. Consequentemente, o sr. presidente declarou aprovadas as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 1954, com todos os documentos anexos. Quanto ao terceiro tópico da ordem do dia, o sr. presidente passou a palavra a quem dela desejasse fazer uso. Em apreciação do assunto da eleição do conselho fiscal, ainda tornou a palavra o acionista João Carlos Renaux Bauer, para dizer de uma alteração no quadro de componentes do conselho fiscal, desde que ausentou-se de Brusque, o suplente Hélio Glinger. Solicitou a palavra o acionista Erico Bianchini para propor o nome do sr. Nelson Spoganiz, como suplente em substituição ao sr. Hélio Glinger. Posta a proposição em discussão, foi a mesma apreciada e aprovada. Ainda o sr. Erico Bianchini submeteu a apreciação dos presentes a reeleição dos demais membros para o conselho, srs. dr. Raul Schaefer, Walério Walendowsky e Joaquim J. Kormann e suplentes Guido Paulo Moritz e Roland Gartner. O assunto mereceu apoio de todos os acionistas, ficando assim constituído e aprovado o novo conselho. Por proposição do acionista sr. Otávio Q. Pereira, foi discutido o aumento para os honorários dos membros do conselho fiscal, estabelecendo-se

TESOURO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SUBDIRETORIA DE CONTABILIDADE

MOVIMENTO DA TESOUREARIA, EM 25 DE ABRIL DE 1955

RECEBIMENTOS

Saldo do dia 23 (em caixa)	Cr\$ 5.591.773,50
Receita Orçamentária	250,00
Repartições Fiscais C/de Saldos	38.200,00
Montepio	74.066,10
Anulação de despesas	958,60
Depósitos de diversas origens	31.841,60
Total	Cr\$ 5.737.087,80

PAGAMENTOS

Secretaria do Interior e Justiça	114.054,10
Secretaria da Educação, Saúde e Assistência Social	461.322,10
Secretaria da Fazenda	165.521,40
Secretaria da Segurança	44.853,00
Secretaria da Agricultura	75.157,10
Departamento de Geografia e Cartografia	77.635,00
Restos a pagar	7.100,00
Suprimentos	50.000,00
Depósitos de diversas origens	460,00
Montepio	37.390,00
Saldo na Tesouraria para o dia 26	4.703.594,80
Total	Cr\$ 5.737.087,80

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

Estabelecimentos	DO ESTADO	Depósitos especiais	Depósitos div. orig.	Montepio	Total
TESOURARIA	1.285.038,80	570.417,60	2.269.364,80	578.773,60	4.703.594,80
Banco do Brasil	1.069.273,60	188.127,00	—	43.617,00	1.301.017,60
Banco Nacional do Comércio	2.260.625,80	766.098,70	—	84.802,70	3.111.527,20
Banco Indúst. Comércio	9.503.574,40	11.392.823,70	9.029.336,30	3.265,00	32.928.999,40
Banco Distrito Federal	3.968,10	—	—	334.495,80	338.463,90
Banco Paraná S. Catarina	—	726.841,20	—	—	726.841,20
Banco Crédito Agrícola	80.000,00	—	1.066.222,00	—	1.146.222,00
Caixa Econômica Federal	1.101.656,50	—	—	—	1.101.656,50
Inc. Rio	—	275.672,00	—	—	275.672,00
TOTAIS	15.304.137,80	16.919.980,20	12.364.923,10	1.044.954,10	45.633.995,20

MOVIMENTO DA TESOUREARIA, EM 26 DE ABRIL DE 1955

RECEBIMENTOS

Saldo do dia 25 (em caixa)	Cr\$ 4.703.594,80
Receita Extra-Orçamentária	2.000,00
Repartições fiscais c/de saldos	137.400,00
Montepio	37.203,30
Retirada de Bancos	1.894.000,00
Anulação de despesas	90,00
Depósitos Especiais do Estado	62.500,00
Depósitos de diversas origens	21.294,90
Total	Cr\$ 6.858.483,00

PAGAMENTOS

Secretaria do Interior e Justiça	847.588,00
Secretaria da Educação, Saúde e Assistência Social	333.565,90
Secretaria da Fazenda	162.722,50
Secretaria da Segurança	55.523,70
Secretaria da Viação e Obras Públicas	14.164,90
Secretaria da Agricultura	52.251,50
Departamento de Geografia e Cartografia	4.400,00
Restos a pagar	5.255,00
Suprimentos	250.000,00
Despesas por Créditos Especiais	1.120.000,00
Depósitos de diversas origens	250,00
Montepio	38.620,00
Saldo na Tesouraria para o dia 27	3.974.135,70
Total	Cr\$ 6.858.483,00

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

Estabelecimentos	DO ESTADO	Depósitos especiais	Depósitos div. orig.	Montepio	Total
TESOURARIA	473.451,50	632.917,60	2.290.409,70	577.356,90	3.974.135,70
Banco do Brasil	1.069.273,60	188.127,00	—	43.617,00	1.301.017,60
Banco Nacional do Comércio	2.260.625,80	766.098,70	—	84.802,70	3.111.527,20
Banco Indúst. Comércio	8.729.572,40	13.272.821,20	9.029.336,30	3.265,00	31.034.994,90
Banco Distrito Federal	3.968,70	—	—	334.495,80	338.464,50
Banco Paraná S. Catarina	—	726.841,20	—	—	726.841,20
Banco Crédito Agrícola	80.000,00	—	1.066.222,00	—	1.146.222,00
Caixa Econômica Federal	1.101.656,60	—	—	—	1.101.656,60
Inc. Rio	—	275.672,00	—	—	275.672,00
TOTAIS	13.718.550,50	15.862.477,70	12.385.968,00	1.043.537,40	43.010.533,60

Flávio Filomeno
p/Enc. do Controle

Acácio Mello
Tesoureiro
Francisco Gouvêa, Subdiretor

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

DIRETORIA DE FAZENDA

MOVIMENTO DA TESOUREARIA, EM 20 DE ABRIL DE 1955

Saldo do dia 19 (em caixa) Cr\$ 297.865,00

RECEBIMENTOS RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Arrecadação	22.953,50
Total	Cr\$ 320.818,50

PAGAMENTOS DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Dívida Pública	218,80
Serviços de Utilidade Pública	873,00
Restos a pagar	3.626,00
Total	316.100,70
Saldo	Cr\$ 320.818,50

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

Na Tesouraria	316.100,70
No Banco de Crédito Popular e Agrícola c/movimento	533.064,00
No Banco de Crédito Popular e Agrícola c/aviso prévio	188.107,40
No Banco Nacional do Paraná — Santa Catarina S. A.	950.000,00
Na Caixa Econômica Federal c/empréstimo	159.700,80
No Banco Nacional do Comércio	200.000,00
Total	Cr\$ 2.346.972,90

Prefeitura do Município de Florianópolis, em 20 de abril de 1955.
W. D'Alascio
Of. Adm. enc. do controle
Visto — Reinaldo Alves, Diretor

Mário Lobo
Tesoureiro

MOVIMENTO DA TESOUREARIA, EM 22 DE ABRIL DE 1955

Saldo do dia 20 (em caixa) Cr\$ 316.100,70

RECEBIMENTOS RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Arrecadação	27.625,10
Total	Cr\$ 343.725,80

PAGAMENTOS DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Serviços industriais	175,00
Dívida Pública	372,00
Serv. Utilidade Pública	15.096,00
Encargos diversos	1.500,00
Depositantes de dinheiro	3.000,00
Total	323.582,80
Saldo	Cr\$ 343.725,80

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

Na Tesouraria	323.582,80
No Banco de Crédito Popular e Agrícola c/movimento	533.064,00
No Banco de Crédito Popular e Agrícola c/aviso prévio	188.107,40
No Banco Nacional do Paraná — Santa Catarina S. A.	950.000,00
Na Caixa Econômica Federal c/empréstimo	159.700,80
No Banco Nacional do Comércio	200.000,00
Total	Cr\$ 2.354.455,00

Prefeitura do Município de Florianópolis, em 22 de abril de 1955.
W. D'Alascio
Of. Adm. enc. do controle
Visto — Reinaldo Alves, Diretor

Mário Lobo
Tesoureiro

EDITAL

Hercílio Luz Filho, Oficial Privativo de Protestos, da Comarca de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber que está em seu Cartório para ser protestada por falta de pagamento a letra de câmbio, no valor de Cr\$ 13.000,00 (treze mil cruzeiros), vencida em 13 de maio de 1954, contra Gentil Mathias da Silva, Jerônimo Miranda e Judith Mathias da Silva, a favor do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S. A., e apresentada para protesto, pelo credor. E, como não tivessem sido encontrados nesta cidade os devedores, pelo presente edital, intimo-os, a virem pagar o valor da referida letra de câmbio, ou darem as razões da recusa, notificando-os, desde já, do protesto caso não compareçam. Florianópolis, 20 de abril de 1955.

Hercílio Luz Filho, oficial privativo de protestos. (1705)

EDITAL

Hercílio Luz Filho, Oficial Privativo de Protestos, da comarca de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber que está em seu Cartório a rua Deodoro, n. 5, para ser protestada por falta de pagamento a nota promissória s/n, no valor de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), vencida em 15 de novembro de 1955, contra o sr. Vicente Matheus de Amorim, a favor do Banco Indústria e

Comércio de Santa Catarina S. A., e apresentada para protesto pelo credor. E, como não houvesse sido encontrado nesta cidade, o devedor, pelo presente edital, intimo-o, a vir pagar o valor a dita nota promissória, ou dar as razões da recusa, notificando-o, desde já, do protesto, caso não compareça. Florianópolis, 20 de abril de 1955.

Hercílio Luz Filho, oficial privativo de protestos. (1736)

EDITAL

Hercílio Luz Filho, Oficial Privativo de Protestos, da comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, na forma da Lei etc...

Faz saber que está em seu cartório, à rua Deodoro n. 5, para ser protestada por falta de pagamento a letra de câmbio vencida em 24 de agosto de 1954, no valor de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00), contra João José Sagaz e Estiliano Mathias Sento, a favor do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S. A., apresentada para protesto pelo credor. E, como não houvessem sido encontrados nesta cidade os devedores, pelo presente edital, intimo-os, a virem pagar o valor da letra de câmbio, ou darem as recusas, notificando-os, desde já, do protesto caso não compareçam.

Florianópolis, 20 de abril de 1955.
Hercílio Luz Filho, oficial privativo de protestos. (1773)